

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Edital de Pregão Eletrônico nº. 90008/2026 - CEASA/DF

Processo Administrativo:00071-00000277/2026-09

As Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, localizada no SIA, trecho 10, Lote 05, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, no dia 24 de Junho de 2026 e será regida pelas condições estabelecidas neste Edital, sob a regência do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, da Lei nº. 13.303/2016 e suas atribuições, Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/14, pela Lei Distrital nº 4.611/11, Decreto Distrital nº 44.330/2023, Decreto nº 10.024/2019, Decreto Distrital nº 25.966/2005, Lei Distrital nº 6.112/2018, Decreto Distrital nº 40.388/2020 e subsidiariamente a Lei nº 14.133/2021 além das demais normas pertinentes.

Na hipótese de não haver expediente na data fixada acima, a Licitação será realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Início da Sessão de disputa: Às 10h do dia 24 de JUNHO de 2026.

Referência de tempo: Todas referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

Valor estimado da contratação: Sigiloso nos termos do art. 34 da Lei nº. 13.303/2016.

Dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: **14.202**

Fonte de Recurso: **51** – Recursos Próprios

Programa de Trabalho: **20.122.8201.8517.6978**

Projeto / Atividade / Denominação: **Manutenção de Serviços Administrativos Gerais**

Grupo de Despesa: **33**

Esfera: **4**

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços de **coleta, transporte, transbordo e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos recicláveis, orgânicos e rejeitos/indiferenciados**, tratamento biológico dos resíduos orgânicos por compostagem ou processo equivalente, em observância aos percentuais previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 6.518/2020, gerados no âmbito das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA-DF.

1.2. A contratação será realizada por licitação, em **lote único, com critério de menor valor global**, pelo prazo de vigência de 30 (trinta) meses, em conformidade ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA-DF e da Lei nº 13.303/16.

1.3. **LOTE ÚNICO - Serviços de coleta, tratamento e destinação ambiental de resíduos**, composta por coleta e transporte externo, transbordo e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos recicláveis, orgânicos e rejeitos/indiferenciados desta CEASA-DF, conforme legislações vigentes relacionadas à Gestão de Resíduos Sólidos e nas condições especificadas e detalhadas no Termo de Referência e neste Edital.

1.4. Especificação do objeto:

Item	Especificação	Quantidade estimada/mês
1	Coleta, transporte e transbordo de resíduos recicláveis secos	23 Toneladas
2	Coleta, transporte e transbordo dos resíduos orgânicos destinados ao tratamento biológico/compostagem	100 Toneladas
3	Coleta, transporte e transbordo dos demais resíduos gerados, excluídos os recicláveis secos e o material destinado ao tratamento biológico	297 Toneladas
4	Destinação e tratamento de resíduos recicláveis secos	23 Toneladas
5	Destinação e tratamento biológico/compostagem dos resíduos orgânicos	100 Toneladas
6	Destinação e tratamento dos demais resíduos gerados, excluídos os recicláveis secos e o material destinado ao tratamento biológico	297 Toneladas
7	Custo da Balança	60 Pesagens

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste pregão somente as empresas que atuam no ramo de atividade pertinente ao objeto da presente licitação e que preencham as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

2.2. Poderão participar os interessados, nos termos do item anterior, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por meio do site: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web>.

2.3. Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, que está ciente e concorda com as condições previstas neste Edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

2.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital.

2.5. Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.6. A participação na licitação implica a aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e de seus anexos, regulamentos, instruções e leis aplicáveis.

2.7. Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

2.7.1. Autor do projeto básico, executivo ou do termo de referência, seja pessoa física ou jurídica.

2.7.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, cujo responsável pela elaboração do projeto básico, executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista, ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social, com direito a voto, ou controlador, ou que seja responsável técnico;

- 2.7.3. Empresas entre cujos dirigentes, gerentes, sócios e responsáveis técnicos, haja alguém que seja servidor ou dirigente da CEASA/DF, bem como membro efetivo ou substituto da sua Comissão Permanente de Licitações;
- 2.7.4. Empresa suspensa pela CEASA/DF, ou empresas consideradas inidôneas por órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 2.7.5. Empresas suspensas de licitar/contratar com a CEASA/DF, bem como em caso de Permissionário, Arrendatário, ou Concessionário da CEASA/DF, que estejam inadimplentes junto a esta empresa ou devendo encargos complementares e;
- 2.7.6. Pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção se enquadrem em alguma das restrições do Decreto nº 32.751/2011, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 07/02/2011.
- 2.7.7. Em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial, ou de insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- 2.7.8. Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CEASA/DF;
- 2.7.9. Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea, ou cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.7.10. Empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; ou cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.7.11. Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.7.12. Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CEASA/DF há menos de 6 (seis) meses.
- 2.7.13. Aplica-se a vedação prevista no caput, à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante; cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CEASA/DF há menos de 6 (seis) meses; a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- 2.7.13.1. Dirigente da CEASA/DF;
- 2.7.13.2. Empregado da CEASA/DF cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- 2.7.13.3. Autoridade do Distrito Federal.
- 2.8. Microempresa e empresa de pequeno porte:
- 2.8.1. Na participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, será observado o disposto na Lei Complementar no 123/06 e alterações pela LC 147/14 e Lei no 4.611/11.
- 2.8.2. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.
- 2.8.3. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.
- 2.8.4. Para usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e na Lei nº 4611/11, a microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame (Certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte).
- 2.8.5. Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado.
- 2.8.6. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos nas Leis supramencionadas.
- 2.8.7.
- 2.9. Modalidade de Licitação: A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade de pregão, na forma eletrônica, adotando o critério de julgamento de menor preço, conforme estabelecido pela Lei nº 13.303/2016. O modo de disputa será aberto, garantindo isonomia entre os participantes e promovendo uma análise qualificada, baseada na melhor relação técnica e econômica.
- 2.10. Exigências de Habilitação: Antes da celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante consulta a cadastros informativos oficiais como SICAF, CEIS e CNEP.
- 2.11. Sistema Utilizado: O sistema utilizado para a licitação será eletrônico, facilitando a participação de licitantes de diferentes localidades e garantindo a transparência e eficiência do processo licitatório, conforme previsto no Art. 56, §1º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016.
- 2.12. Estas condições estão alinhadas com as disposições da Lei nº 13.303/2016, que regula as licitações e contratos das estatais, garantindo a conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

3. IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

- 3.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacoes@ceasa.df.gov.br em formato de texto (extensão: doc.x e PDF), no horário de 8h às 17h.
- 3.2. O recebimento da impugnação deverá ser confirmado pelo licitante que a encaminhar.
- 3.3. Os pedidos encaminhados após o horário estipulado (após as 17 horas) passarão a ter seu prazo computado somente a partir das 08 horas do próximo dia útil.
- 3.4. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.
- 3.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 3.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacoes@ceasa.df.gov.br.
- 3.7. A CEASA/DF responderá às questões formuladas até às 17 (dezoito) horas do dia útil anterior à data marcada para o recebimento das propostas.
- 3.8. Aplicam-se às solicitações de esclarecimento as mesmas disposições contidas no subitem 3.1. a 3.7 deste Edital.
- 3.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.10. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta no sistema eletrônico.
- 3.11. Em nenhuma hipótese serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.
- 3.12. A CEASA/DF se reserva o direito de revogar ou anular, total ou parcialmente a presente licitação ou adjudicar a execução do objeto, no todo ou em parte.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. O licitante deverá estar previamente credenciado no sistema "Pregão Eletrônico", no sítio: <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 4.2. O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

4.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CEASA/DF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de descredenciamento no SICAF.

4.6. A perda ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A proposta deverá conter, ainda:

5.2.1. O Valor Total da proposta de preços, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, informando o valor unitário e total de cada item que o compõe;

5.2.2. Nos preços unitários deverão ser utilizadas duas casas decimais, sem arredondamento, desconsiderando as demais;

5.2.3. A proposta deverá conter dados contemplando detalhamento do preço ofertado pelo licitante;

5.2.4. É de obrigação da licitante efetuar o levantamento de todos os quantitativos para elaboração de sua proposta, não cabendo nenhuma reclamação posterior a assinatura do contrato.

5.2.5. Declaração da licitante de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do contrato (Modelo neste Edital).

5.2.6. Declaração da licitante de que no Valor Proposto estejam incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para perfeita prestação dos serviços, materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, inclusive a incidência de insalubridade, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto, conforme especificações constantes deste Edital, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à CEASA/DF;

5.2.7. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de abertura do Pregão.

5.2.8. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

5.3. A apresentação da proposta implica na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os fornecimentos nos seus termos.

5.4. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.5. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.6. O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.7. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.9. Nota: Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado pela Administração, esta poderá ser aceita.

6. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que:

6.3.1. Não contiverem informações suficientes para a perfeita identificação, qualificação, quantificação do item ofertado;

6.3.2. A especificação detalhada do item licitado;

6.3.3. Marca e modelo do item do objeto licitado.

6.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor. Os lances ofertados a serem considerados serão aqueles apresentados com menor preço global.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance menor ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.8. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

6.9. Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.10. Será adotados para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de disputa:

6.10.1. **Aberto** - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

6.11. No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.12. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

6.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Concluída a fase de lances, as propostas serão classificadas de acordo com a ordem crescente dos lances apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que ofertar o **menor valor global** e que atenda todas as exigências do Termo de Referência;

7.2. No julgamento das propostas será considerada vencedora a licitante que ofertar o Menor Valor Global.

7.3. Será desclassificada a proposta final que:

7.3.1. Contenha vícios ou ilegalidades;

7.3.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital e Termo de Referência;

- 7.3.3. Não enviar as planilhas solicitadas;
- 7.3.4. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.
- 7.3.5. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de duas horas para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.
- 7.4. Será desclassificada a proposta que apresentar preços superiores ao valor total estimado para a contratação.
- 7.5. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CEASA/DF para orientar sua decisão. Caso não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitirem parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.
- 7.6. Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim prosseguindo até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 7.7. No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.8. Na fase de aceitação, o pregoeiro poderá solicitar aos licitantes, o envio de anexo, inclusive, relativamente ao último lance ofertado, podendo também solicitar apenas do fornecedor cuja proposta esteja em primeiro lugar. Para tanto, o pregoeiro fará uso da opção "Convocar Anexo", selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado.
- 7.9. O sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado terá até 120 (120) minutos para encaminhar arquivo anexo, por meio do link "Anexar", disponível apenas para o fornecedor selecionado, considerando o horário de funcionamento da CEASA/DF (das 08h às 12h e das 13h às 17h).
- 7.10. Caso o licitante convocado enfrente dificuldade em atender a convocação, deverá informar, dentro do prazo previsto no item anterior deste edital, quando lhe será concedido um prazo adicional a critério do pregoeiro. Excepcionalmente, o pregoeiro poderá disponibilizar o e-mail institucional licitacoes@ceasa.df.gov.br caso o licitante tenha dificuldades em anexar-la ao sistema ou este não comporte o tamanho dos arquivos.
- 7.11. Os demais licitantes participantes da sessão poderão manifestar a intenção de recurso, em campo próprio do sistema, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado.
- 7.12. Confirmado o envio do anexo, o link "Anexar" do fornecedor passa a ter a função de "Consultar".
- 7.13. Na tela do pregoeiro, após a convocação, o Sistema informa na coluna "Anexo" o link "Convocado", o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor passa a disponibilizar o link "Consultar". A função de "enviar anexo" do fornecedor desaparecerá quando o pregoeiro clicar no botão "Encerrar Convocação" ou no procedimento de "Recusar proposta" (do fornecedor convocado). A opção de "Convocar Anexo", para envio do anexo, está disponível também na fase de habilitação, sendo possível apenas para o fornecedor que teve sua proposta aceita.
- 7.14. Após o encerramento da sessão pública, o sistema disponibilizará a opção de "Convocar Anexo" na fase de adjudicação, sem contar, no entanto, com a opção de chat. Nesse caso o fornecedor usará a função "Enviar Anexo/planilha atualizada", podendo utilizar o campo "Observações" para explicitar tal procedimento.
- 7.15. O licitante que abandona o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação Jurídica:

- 8.1.1. Registro comercial, em caso de empresa individual;
- 8.1.2. Ato constitutivo ou estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais Administradores;
- 8.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2. Regularidade Fiscal:

- 8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) relativo à sede da licitante;
- 8.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou do Distrito Federal (DF), se houver relativo ao domicílio ou à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede da licitante, que consistirá de certidões negativas:
- 8.2.4. Quanto à Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e
- 8.2.5. Quanto à quitação de tributos federais expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
- 8.2.6. Obs: A Certidão Conjunta da Dívida Ativa da União com a de Tributos Federais substitui as Alíneas "c1" e "c2" acima.
- 8.2.7. Prova de regularidade através de certidão negativa expedida pela Fazenda Estadual ou Distrital (DF) do domicílio ou sede da licitante;
- 8.2.8. Prova de regularidade através de certidão negativa expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- 8.2.9. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, compreendendo:
- 8.2.10. Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, conforme Lei nº 8.212/91, e
- 8.2.11. Certificado de regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal-CEF, conforme Lei nº 8.036/90 e, em especial, Circular nº 925/Caixa, de 29/07/2021.
- 8.2.12. Obs: Os documentos deste item que não tiverem expressado o prazo de validade deverão estar datados dos últimos 60 (sessenta) dias.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.3.1. Certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante datada dos últimos 30 (trinta) dias ou que esteja dentro do prazo de validade expressa na própria certidão.
- 8.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes provisórios, podendo ser atualizados por intermédio do INPC ou índice que venha a substituí-lo, quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta. A licitante que ainda não encerrou o seu primeiro exercício social, por ter sido constituída há menos de um ano, deverá apresentar em substituição ao Balanço Patrimonial, o Balanço de Abertura de sua empresa (conforme Decisões no 6.458/2005 e no 6.459/2005 do Tribunal de Contas do Distrito Federal). A comprovação da boa situação da empresa será verificada por meio dos índices contábeis abaixo e será inabilitada a licitante que não comprová-los para o último exercício.
- 8.3.3. ILC: Índice de Liquidez Corrente, com valor igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero);
- 8.3.4. ILG: Índice de Liquidez Geral, com valor igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero zero);
- 8.3.5. SG: Solvência Geral com valor igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero zero).
- 8.3.6. Declaração do regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, consoante as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003

Fórmulas de cálculo:

$$ILC = AC/PC$$

$$ILG = (AC + ARLP) / (PC + P-\tilde{N}C)$$

$$SG = AT / (PC + P-\tilde{N}C)$$

Siglas:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

P-NC = Passivo não Circulante

AT = Ativo Total

8.3.7. **Obs:** As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), em qualquer dos índices referidos acima, deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação por item.

8.4. **Regularidade Trabalhista:**

8.4.1. Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

8.4.2. A validade da Certidão também será verificada on-line por ocasião da verificação da documentação e caso a referida certidão não estiver regular, a licitante será inabilitada.

8.5. **SICAF:** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sicafe e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas, conforme art. 26 parágrafo segundo da Lei 13.303/2016.

8.6. **Qualificação Técnica e habilitação operacional:**

8.6.1. A qualificação técnica deverá seguir conforme especificado no Termo de Referência - ANEXO I deste Edital:

8.6.1.1. A licitante deverá comprovar qualificação técnica compatível com o objeto deste Termo de Referência, mediante apresentação de documentação que demonstre experiência prévia na execução de serviços de coleta, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos urbanos.

8.6.1.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá ocorrer mediante apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto do Termo de Referência.

8.6.1.3. Considerar-se-á compatível a comprovação de execução de serviços em quantitativo mínimo correspondente a 20% (vinte por cento) da estimativa mensal prevista neste Termo de Referência, isto é, 84 (oitenta e quatro) toneladas por mês.

8.6.1.4. O percentual mínimo de 20% da estimativa mensal foi definido com vistas a preservar a comprovação objetiva de experiência operacional compatível com o objeto, sem impor restrição excessiva à competitividade do certame, considerando que a execução contratual será acompanhada por mecanismos de controle, fiscalização, medição por pesagem, rastreabilidade da destinação final e exigência de regularidade ambiental e técnico-profissional.

8.6.1.5. Os attestados deverão conter, no mínimo, identificação do emitente, descrição dos serviços executados, período de execução e quantitativos operacionais, podendo ser apresentados em nome da matriz ou filial e ser objeto de diligência pela Administração para verificação de autenticidade, legitimidade e compatibilidade com o objeto.

8.6.1.6. A licitante deverá possuir ou apresentar, na forma prevista no Termo de Referência e no edital, as licenças ambientais, autorizações operacionais e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes para execução dos serviços e utilização das unidades de tratamento ou destinação final.

8.6.1.7. A licitante deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA ou conselho profissional competente, em plena validade e compatível com as atividades previstas no Termo de Referência.

8.6.1.8. A licitante deverá possuir responsável técnico legalmente habilitado, com formação compatível com o objeto contratado, especialmente nas áreas de Engenharia Ambiental ou Engenharia Sanitária, regularmente registrado no respectivo conselho profissional, observadas as exigências previstas neste edital.

8.6.1.9. O responsável técnico deverá possuir vínculo formal com a licitante, comprovado mediante CTPS, contrato social, ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviços, admitida contratação futura condicionada à assinatura do contrato.

8.6.1.10. O responsável técnico deverá possuir Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho profissional competente, compatível com serviços de coleta, transporte, tratamento ou destinação de resíduos sólidos urbanos.

8.6.1.11. A licitante deverá comprovar possuir pelo menos 1 (um) veículo coletor próprio, dotado de equipamentos compatíveis com a coleta mecanizada dos resíduos, em conformidade com as exigências operacionais e ambientais previstas neste Termo de Referência, com capacidade operacional compatível com o volume médio diário estimado da CEASA-DF, preferencialmente entre 15 m³ e 19 m³, e com no máximo 20 (vinte) anos de fabricação.

8.6.1.12. Os veículos utilizados na execução contratual deverão permanecer em adequadas condições de conservação, funcionamento, segurança e higiene, cabendo à CONTRATADA comprovar, sempre que solicitado pela fiscalização, a realização das manutenções preventivas e corretivas necessárias.

8.6.1.13. A empresa participante deverá apresentar os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e demais exigências previstas no edital e na legislação aplicável.

8.6.1.14. A não apresentação dos documentos exigidos ou sua apresentação em desconformidade com o Termo de Referência e com este edital acarretará a inabilitação da licitante.

8.6.1.15. A licitante deverá apresentar declaração, certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE ou documentação comprobatória de atendimento às exigências legais relativas à reserva de vagas para pessoas com deficiência - PCD e aprendizes, nos termos da legislação trabalhista vigente.

8.6.1.16. Regularidade ambiental e operacional

1. licença ambiental de operação válida, emitida pelo Instituto Brasília Ambiental - IBRAM ou pelo órgão ambiental competente da jurisdição em que estiver situada a unidade de tratamento ou destinação final a ser utilizada na execução contratual, podendo ser apresentada pela própria licitante, acompanhada de declaração ou instrumento que comprove o vínculo operacional com a unidade licenciada e a identifique expressamente.
2. a licença deverá abranger as tipologias de resíduos previstas no objeto, incluindo resíduos orgânicos, recicláveis secos e rejeitos/indiferenciados.
3. comprovação de cadastro junto ao Serviço de Limpeza Urbana - SLU do Distrito Federal, nos termos do art. 4º da Lei Distrital nº 5.610/2016, vigente na data de apresentação dos documentos de habilitação.
4. a licitante e o destinatário final deverão apresentar o certificado de regularidade junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais.

8.7. **Nota:**

8.8. 1. A consulta será realizada pelo Pregoeiro "on-line" no SICAF (para os licitantes que o possuam), conforme artigo 40 do Decreto nº 10.024/19. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste edital.

8.9. 2. A empresa vencedora, que não possua cadastro no SICAF nos módulos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal federal, que esteja com a documentação alusiva a tais requisitos vencida no referido sistema, será considerada habilitada desde que apresente ao pregoeiro, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a respectiva documentação regular e atualizada.

8.10. **Os documentos apresentados deverão estar:**

8.10.1. Em nome da licitante participante com o número do CNPJ e endereço respectivo;

8.10.2. Se a fornecedora ou prestadora de serviços for filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da filial. Deverá ser observada a Circular no 925 da Caixa Econômica Federal, de 29/07/2021 quanto ao FGTS.

8.10.3. Serão dispensados da filial, aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, só possam ser emitidos em nome da matriz/sede;

8.10.4. Com datas e caracteres legíveis e sem rasuras.

8.10.5. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

- 8.10.6. Todos os documentos deverão ser entregues na sua totalidade, sob pena de preclusão.
- 8.11. A licitante que restar vencedora na licitação deverá encaminhar para o e-mail institucional licitacoes@ceasa.df.gov.br os "Dados para elaboração da Ata", conforme modelo constante do edital.
- 8.12. **Poderes de Representação**
- 8.13. Comprovação de poderes de representação sob uma das formas discriminadas abaixo em que a licitante se enquadre:
- 8.13.1. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida diretamente por órgão integrante da estrutura organizacional da pessoa jurídica (Diretor, Gerente, etc): documentos que comprovem a existência de poderes de representação do titular do cargo (atos constitutivos da pessoa jurídica – Estatutos Sociais ou Contrato Social devidamente registrados), acompanhados de documentos de comprovem a eleição do credenciado para o dito cargo (Ata de Assembleia Geral) e, quando for o caso, também, Ata do Conselho de Administração, em que tenha(m) ocorrido a(s) eleição (ões) a ser (em) comprovada(s);
- 8.13.2. Quando a licitante for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida de forma indireta, por procurador constituído: os mesmos documentos arrolados na alínea "a", neste caso relativamente à pessoa que representar a licitante na procuração, acompanhados da procuração, na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;
- 8.13.3. Quando a licitante for constituída sob a forma de firma individual e sua representação estiver sendo exercida diretamente pelo titular da firma individual: declaração de firma individual devidamente registrada.
- 8.13.4. Quando a licitante for constituída sob a forma de firma individual e sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: o mesmo documento referido na alínea "c", acompanhado da procuração na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação.
- 8.13.5. Nas hipóteses em que o representante da licitante for procurador e sua constituição tiver sido formalizada por meio de instrumento particular de procuração, a firma do outorgante deverá estar reconhecida por tabelião.
- 8.13.6. No caso de cópias destes documentos, as mesmas deverão ser autenticadas por cartório, ou pelo Pregoeiro, ou por servidor lotado na seção de protocolo desta CEASA/DF, à vista do original.
- 8.13.7. A comprovação dos poderes de representação deverá ser encaminhada juntamente com documentação.
- 8.13.8. O pregoeiro poderá solicitar o envio da documentação que trata este capítulo juntamente com a proposta atualizada.
9. **VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 9.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, deverá encaminhar, **no prazo de até 2 (duas) horas** contados da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Compras.gov, a proposta de preço adequada a último lance ou valor negociado.
- 9.2. Havendo necessidade, o Pregoeiro convocará documentação complementar à proposta e/ou habilitação, a serem apresentados no prazo consignado no item anterior, de forma a comprovar o atendimento às exigências deste edital, conforme art. 43, § 2º do Decreto nº 10.024/2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de diligência complementar, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Compras.gov poderão ser solicitados a qualquer momento em original, por cópia autenticada, ou original acompanhada de cópia para autenticação por servidor da Administração. Nesse caso, os documentos deverão ser protocolados, no prazo de até 3 (três) dias úteis após notificação do Pregoeiro, junto a Seção de Protocolo da CEASA-DF.
- 9.4. A apresentação das propostas deverá seguir os modelos deste edital ou quando pertinente das **Planilhas de Custo e Formação de Preços, em conformidade com** às planilhas constantes nos anexos VII-C e VII-D da IN nº 05, de 25 de maio de 2017.
- 9.5. O modelo de planilha de custo citado acima pode ser obtida no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada>.
- 9.6. Quando pertinente, o preenchimento da referida planilha deve seguir em conformidade e na ordem dos itens presentes no Anexo I deste edital, é de responsabilidade do licitante.
- 9.7. No caso do custo para tratamento e transporte dos resíduos deve ser indicado em separado (em formato de tabela) o valor correspondente para o tratamento e para o transporte em toneladas.
- 9.8. A **formatação da proposta** a ser anexada ao sistema deverá estar em conformidade ao Anexo II deste edital, em papel timbrado da licitante, e
- 9.9. Ser impressa em língua oficial do Brasil, salvo quando a expressões técnicas se uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente datada e assinada pelo representante legal da pessoa jurídica, conter nome da proponente, endereço completo, telefone, número do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal:
- 9.9.1. Conter o valor unitário e total para o serviço cotado, em moeda nacional, já considerando e incluso todos os custos necessários tais como impostos (inclusive, e quando for o caso, o Diferencial de Alíquota Interestadual de ICMS), taxas, tributos e quaisquer outras despesas que indicam ou venha incidir sobre o objeto desta licitação, para prestação do serviço no local indicado no Termo de Referência - Anexo I deste edital, nada mais sendo lícito pleitear a este título;
- 9.9.2. Nos preços unitários e no valor total de cada item deverão ser utilizadas 2 (duas) casas decimais, não podendo extrapolar o valor arrematado na sessão pública.
- 9.10. Conter as especificações do objeto de forma a demonstrar que atendem as exigidas no Termo de Referência, constante do Anexo I deste Edital, e, em caso de discordância existente entre as especificação do objeto descritas no Compras.gov e as constantes deste edital, prevalecerá às últimas:
- 9.11. Conter o prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação:
- 9.12. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.13. Caso o prazo definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta e não constar o registro de prazo divergente dos estabelecidos, eles serão considerados como aceitos pela licitante, ficando esta obrigada ao cumprimento dos mesmos.
- 9.14. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta, documentação solicitada, terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 9.15. O pregoeiro examinará, juntamente com a área demandante, a proposta mais bem classificada quando à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado, conformidade com as especificações técnicas do objeto licitado e com os requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, devendo ser desclassificada de forma motivada a que estiver em desacordo.
- 9.16. Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o **Menor valor Global**, nos itens do Anexo I Termo de Referência, com as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste edital.
- 9.17. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financeira subsidiados ou a fundo perdido.
- 9.18. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por conveniência e oportunidade Administrativa, devendo ser solicitada justificadamente por escrito, antes de findo o prazo estabelecido, através do e-mail: licitacoes@ceasa.df.gov.br, ou em campo próprio disponibilizado pelo sistema Compras.gov.br.
- 9.19. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.20. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão para solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CEASA-DF ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.21. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 9.22. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
10. **RECURSOS**
- 10.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de acordo com a necessidade do certame, não inferior a 20 (vinte) minutos durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 10.2. As razões do recurso deverão ser registradas em campo próprio do sistema, no prazo de 05 (cinco) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos

indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.4. Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do licitante aos autos do processo licitatório ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.

10.5. Manifestado o interesse de recorrer, o pregoeiro poderá:

10.5.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

10.5.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

10.5.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade competente.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

11.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

11.3. Previamente à formalização da contratação, a CEASA/DF realizará consulta aos sistemas públicos para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público, além de verificar a manutenção das condições de habilitação.

11.4. Constatada a irregularidade no SICAF, ou quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, a CEASA/DF poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação, para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

12. VIGÊNCIA E CONTRATAÇÃO

12.1. Após a homologação da licitação, será firmado o Contrato, com prazo de vigência inicial de **30 (trinta) meses**, prorrogáveis por sucessivos períodos de 30 (trinta) meses, limitado a 60 (sessenta) meses, de acordo com a Lei nº 13.303/2016.

12.2. A contratação com o fornecedor poderá ser efetuada, a critério da administração, nas aquisições de pronto pagamento, por intermédio da Nota de Empenho ou, de acordo com a necessidade da CEASA/DF, será formalizada por intermédio de instrumento contratual.

12.3. A CEASA/DF convocará a licitante vencedora da licitação para assinar o termo de contrato ou a nota de empenho, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação. Este prazo será prorrogado uma vez, por igual período, quando por ela solicitado, durante o transcurso do primeiro e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CEASA/DF. Findo o citado prazo, será considerado descumprimento total da obrigação, sujeitando a vencedora às penalidades previstas neste edital.

12.4. Quando a licitante vencedora não assinar o Termo de Contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado, tendo como meta o preço da melhor oferta obtida no Pregão ou o valor orçado pela CEASA/DF, o que for menor.

12.5. A contratada mediante acordo entre as partes poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.6. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder aos limites aqui estabelecidos, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

12.7. A contratação firmada com o fornecedor terá vigência de acordo com as disposições definidas no instrumento contratual ou nota de empenho e serão contadas a partir da data de sua assinatura.

12.8. Após homologada a licitação, a empresa vencedora deverá proceder com todos os trâmites necessários para viabilizar a assinatura do contrato/ata como usuário externo dentro do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

12.9. No caso de consórcio de empresas, esta ficará obrigada a promover, antes da celebração do Contrato a constituição e seu registro nos exatos termos do compromisso apresentado neste certame.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações da CONTRATADA aquelas disciplinadas aqui e complementadas em edital licitatório, além de outras impositivas em legislação específica:

13.1.1. Executar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos neste termo e seus anexos.

13.1.2. Proceder à substituição do equipamento ou produto com defeito, nos termos descritos no neste Termo de Referência, por outro em perfeito estado, sem ônus para a CEASA-DF.

13.1.3. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados em legislação licitatória específica.

13.1.4. Indicar preposto, por ocasião da assinatura do contrato, objetivando prestar esclarecimentos, receber e resolver reclamações, acordar a respeito, dentre outras atribuições, durante a vigência do contrato, indicando o nome e telefone do preposto que irá representá-la quando da execução do contrato.

13.1.5. Cumprir e fazer cumprir as determinações legais, em especial a IN 05/2017 que disciplina a cessão de mão de obra terceirizada no serviço público.

13.1.6. Em obediência à Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a CEASA-DF esclarece que é VEDADO à Administração Pública ou a seus servidores praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA. Assim, não haverá poder de mando da CEASA-DF sobre os empregados da CONTRATADA. Todo o contato será feito somente aos prepostos ou aos responsáveis indicados pela CONTRATADA.

13.1.7. É vedado também à CEASA-DF direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas, assim como promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

13.1.8. É vedado à CEASA-DF considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.1.9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

13.1.10. Executar serviços com diligência profissional exigida pela natureza dos serviços prestados, assumindo plena responsabilidade por qualquer prejuízo que possa acarretar à CONTRATANTE ou terceiros em razão de seus atos ou omissões na prestação dos serviços, inclusive em relação a direitos de propriedade intelectual e autorais, indenizando integralmente a CONTRATANTE pelas perdas ou danos causados.

13.1.11. Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou que venham a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, de acordo com a legislação em vigor, respondendo por qualquer recolhimento tributário indevido e por quaisquer infrações cometidas decorrentes da execução do objeto contratual.

13.1.12. Utilizar, somente se autorizado por escrito, o nome ou logotipo da CONTRATANTE, bem como qualquer abreviatura ou adaptação deles para efeito de publicidade, comércio ou outro propósito, seja ele qual for, devendo zelar pelo bom nome institucional da CONTRATANTE, respondendo pelas perdas e danos decorrentes de eventual uso indevido.

13.1.13. Cumprir integralmente toda legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, social e de higiene e segurança do trabalho relacionada à execução deste Contrato, obrigando-se a efetuar todos os recolhimentos legalmente exigidos.

13.1.14. Assumir plena e exclusiva responsabilidade pelos contratos de trabalho celebrados com seus empregados e prestadores de serviços subcontratados, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária e/ou subsidiária, em relação às referidas contratações, quando pertinente.

13.1.15. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do Contrato.

- 13.1.16. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 13.1.17. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- 13.1.18. Acatar orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 13.1.19. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.
- 13.1.20. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 13.1.21. Apresentar empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- 13.1.22. Fornecer todo material a ser utilizado na execução dos serviços, tais como as máquinas, equipamentos e materiais de limpeza e conservação, uniformes, EPI, ferramentas que deverão ser compatíveis com os serviços a serem executados e em quantidades que atendam às necessidades e peculiaridades de cada local a ser atendido.
- 13.1.23. Implantar a mão de obra devidamente equipada imediatamente após o início da vigência do contrato, nos horários fixados na escala de trabalho definida pelo setor competente da CEASA-DF.
- 13.1.24. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar o serviço, encaminhando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, inclusive em casos de substituição.
- 13.1.25. Apresentar ao fiscal do contrato relação dos empregados que executarão os serviços.
- 13.1.26. Realizar acompanhamento de frequência através do Encarregado de Limpeza.
- 13.1.27. Manter disciplina nos locais de serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE.
- 13.1.28. Manter seu pessoal uniformizado, identificado através de crachás, com fotografia recente, e provido de equipamentos e materiais, inclusive equipamentos de proteção individual (EPI's) e de proteção coletiva (EPC's), de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho mais recente. Além disso, não repassar os custos de qualquer um desses itens a seus empregados.
- 13.1.29. Manter todos os equipamentos, máquinas e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 13.1.30. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo evitar danos à rede elétrica ou aos usuários dos mesmos.
- 13.1.31. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CEASA-DF.
- 13.1.32. Submeter-se à fiscalização da CEASA-DF, através do fiscal do contrato, que acompanhará a execução dos serviços, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas.
- 13.1.33. Manter disponibilidade de pessoal dentro dos padrões e números exigidos, para atender eventuais remanejamentos solicitados pela CEASA-DF.
- 13.1.34. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE, por parte de seus empregados.
- 13.1.35. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.
- 13.1.36. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.
- 13.1.37. Os serviços deverão ser executados em horários pré-determinados pelo setor competente da CEASA-DF, e que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento dos setores, boxes e nas áreas de comercialização.
- 13.1.38. A critério da CEASA-DF poderá ser determinado ajustes na escala de trabalho alterando o horário da execução de serviços assim como alteração de equipe, desde que não cause elevação de custos à CONTRATADA.
- 13.1.39. A carga horária de 44h semanais poderá ser distribuída ao longo da semana conforme a necessidade da CONTRATADA.
- 13.1.40. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e distrital, as normas de segurança da CEASA-DF, bem como o Regulamento de Mercado desta CEASA, no que se fizer aplicável.
- 13.1.41. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nos edifícios e áreas comuns externas e internas da CEASA-DF.
- 13.1.42. Registrar e controlar, juntamente com o fiscal do contrato da CEASA-DF, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem como demais ocorrências.
- 13.1.43. Em caso de falta, por quaisquer motivos que seja, ainda que por atestado, substituir imediatamente o funcionário que não comparecer à unidade de trabalho em até 1 (uma) hora após o início normal das atividades.
- 13.1.44. O funcionário que não chegar ao seu posto de trabalho no horário estipulado, terá ainda uma tolerância de 15 (quinze) minutos para fazê-lo. Caso contrário, este não terá o dia computado para efeitos do quadro geral de funcionários do dia operacional.
- 13.1.45. Enviar para o Executor do Contrato, no prazo de até DUAS semanas, relação de férias dos funcionários efetivados nesta CEASA-DF. Este relatório deverá ser atualizado DUAS vezes por ano.
- 13.1.46. Responsabilizar-se por quaisquer danos e prejuízos pessoais ou materiais causados por seus empregados, quando em serviço, ao patrimônio da CEASA-DF ou a terceiros, sendo por ação ou omissão dos mesmos, no desempenho de suas atividades.
- 13.1.47. Assumir todas as responsabilidades e ônus, no que se refere aos seus empregados, tais como: salários, encargos sociais, assistência médica, seguros, auxílios transporte e alimentação, impostos e demais obrigações trabalhistas, ficando a CEASA-DF isenta de qualquer despesa desse tipo.
- 13.1.48. Responder única e exclusivamente pelos custos, ônus e prejuízos que vierem a ser causados, inclusive contra terceiros, por decorrência de falha em equipamentos e máquinas, imprudência de seus empregados, quando da realização dos serviços a serem contratados entre as partes.
- 13.1.49. Coordenar e supervisionar os serviços prestados pelos seus empregados devendo inspecionar os postos no mínimo 01 (uma) vez por semana em horários alternados.
- 13.1.50. Atender a CEASA-DF imediatamente quanto a solicitações de substituição de mão de obra, considerada inadequada para a prestação do serviço ou qualquer outro fator relevante, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como natureza grave, seja mantida ou retorne ao posto.
- 13.1.51. Demais obrigações e responsabilidades previstas no Edital, na Lei nº 13.303/2016 e demais legislações pertinentes, mantendo durante a vigência do contrato todas as condições acima descritas.
- 13.1.52. A CONTRATADA deverá preparar e entregar à **CONTRATANTE**, em momento oportuno e previamente ao início das atividades contratadas, todos os documentos necessários para a abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada, conforme disposto no **Decreto nº 34.649**, de 10 de setembro de 2013 e neste Edital.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Além das obrigações resultantes da Lei nº 13.303/2016 e demais normas correlatas, são obrigações da CONTRATANTE:
- 14.1.1. Exercer a gestão e a fiscalização do serviço contratado, por servidor ou setor, especialmente designado(a) pela CEASA-DF.
- 14.1.2. Designar representantes, do seu quadro de servidores efetivos, para exercer a função de Executor de Contrato, de modo que se venha a assegurar a boa prestação dos serviços, ao se verificar sempre o seu bom desempenho através da análise contratual, além de atestar as notas fiscais/faturas, desde que ocorra o efetivo cumprimento do objeto contratado e a entrega tempestiva de todos os documentos necessários ao seu faturamento.
- 14.1.3. Designar representantes, do seu quadro de servidores efetivos, para exercerem a função de Fiscal de Contrato, de modo a acompanhar e a fiscalizar, in loco, a fiel execução do objeto do contrato e subsidiando assim, a análise e o atesto realizado pelo Executor.
- 14.1.4. Disponibilizar um local para a permanência do Preposto da CONTRATADA;

- 14.1.5. Indicar os locais onde os serviços serão executados;
- 14.1.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;
- 14.1.7. Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa executar os serviços nos termos estabelecidos nesta licitação;
- 14.1.8. Rejeitar o serviço que não satisfizer os padrões exigidos nas especificações;
- 14.1.9. Aplicar à licitante vencedora as sanções administrativas previstas na legislação vigente, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato;
- 14.1.10. Observar, nos casos de aplicações de sanções administrativas, o disposto no inciso LVI do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza a obediência ao devido processo legal, proporcionando assim, tempestivamente, o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA;
- 14.1.11. Se solicitado pela CONTRATADA, admitir a repactuação de preços dos serviços continuados sob regime de mão de obra exclusiva, com vistas à adequação ao preço de mercado, desde que:¹⁰

1. seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano das datas dos orçamentos para os quais a proposta se referir; e
2. seja demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

14.1.12. Celebrar o contrato com o licitante vencedor de acordo com o estabelecido no artigo 69, da Lei nº 13303/16.

15. FATURAMENTO/PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela CEASA-DF no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do atesto da execução dos serviços e do recebimento da documentação completa exigida pela fiscalização contratual, compreendendo:

- 15.1.1. relatório mensal de medição, contendo o peso, em toneladas, dos resíduos efetivamente coletados, transportados e destinados;
- 15.1.2. registros de pesagem realizados na balança rodoviária da CEASA-DF;
- 15.1.3. nota fiscal/fatura;
- 15.1.4. certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- 15.1.5. declaração ou certificado de destinação final emitido pelo local licenciado, contendo o volume tratado;
- 15.1.6. comprovação da regularidade ambiental do local de tratamento/destinação.

15.2. A medição dos serviços será validada pela fiscalização da CONTRATANTE, podendo ser realizado o cruzamento entre os dados de pesagem da CEASA-DF e os comprovantes apresentados pela CONTRATADA. Havendo divergência relevante, igual ou maior que 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento), a fiscalização poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos e adotar, motivadamente, os quantitativos considerados válidos até a regularização da inconsistência.

15.3. A medição será realizada com base nos serviços efetivamente executados, por tonelada de resíduo coletado, transportado, transbordado, destinado ou tratado, incluindo, quando aplicável, os resíduos orgânicos efetivamente destinados e processados em tratamento biológico/compostagem, mediante comprovação documental e validação pela fiscalização contratual.

15.4. O pagamento estará condicionado:

- 15.4.1. à comprovação da execução integral dos serviços;
- 15.4.2. à consistência dos dados de pesagem;
- 15.4.3. à apresentação completa da documentação exigida.

15.5. Será efetuada glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatado:

- 15.5.1. a) divergência não justificada nos dados de pesagem;
- 15.5.2. b) não retirada integral dos resíduos;
- 15.5.3. c) execução parcial ou inadequada dos serviços;
- 15.5.4. d) ausência de comprovação da destinação final;
- 15.5.5. e) inconsistência na rastreabilidade dos resíduos.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou pendência na documentação, o pagamento ficará suspenso até a regularização, iniciando-se novo prazo após a correção, sem ônus para a CEASA-DF.

15.7. Antes de cada pagamento, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação.

15.7.1. Constatada irregularidade:

- 15.7.2. a CONTRATADA será notificada para regularização em até 5 dias úteis;
- 15.7.3. persistindo, poderão ser adotadas medidas administrativas, inclusive rescisão contratual.

15.8. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

15.9. Aplicam-se as disposições do Decreto nº 32.767/2011 (Conta Única do DF) e demais normativos pertinentes.

16. GARANTIAS

16.1. Para garantia das condições do contrato porventura a ser firmado com a CEASA/DF, esta poderá solicitar da empresa vencedora o recolhimento da garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, até o máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do termo de contrato e antes da protocolização da fatura.

16.2. Em caso de prorrogação contratual de valor e prazo, a garantia será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do aditamento.

16.3. A garantia poderá ser dada através de qualquer uma das seguintes modalidades:

- 16.3.1. I. caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública;
- 16.3.2. II. seguro-garantia, ou;
- 16.3.3. III. fiança bancária.

16.4. No caso de caução com títulos da dívida pública estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual este informará sobre a exequibilidade, valor, prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.

16.5. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 1.491, do Código Civil.

16.6. No caso de fiança bancária, esta deverá ser apresentada em original, emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e a cobertura deverá compreender até o término do Contrato.

16.7. A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a execução do Contrato e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente.

16.8. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste Ato Convocatório, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injusta ao aceite do Contrato, implicando na imediata anulação do mesmo.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento das exigências do Termo de Referência, quando não devidamente justificadas e aceitas pela CEASA/DF, implicará nas penalidades previstas na legislação licitatória, na forma da **Lei 13.303/16 CEASA/DF e o RILC desta CEASA/DF**.

17.2. Comete infração administrativa nos termos da **Lei nº 13.303, de 2016**, a Contratada que:

- 17.2.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 17.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.2.3. Fraudar na execução do contrato;
- 17.2.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 17.2.5. Cometer fraude fiscal;
- 17.2.6. Não mantiver a proposta.
- 17.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CEASA/DF pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 17.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 17.3.2. Multa de:
- 17.3.3. até 0,5% sobre o valor da sua proposta, ao licitante que se comportar de modo inidôneo ou agir de má-fé; 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 17.3.4. até 1% sobre o valor da sua proposta, ao licitante que não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; deixar de entregar a documentação de habilitação exigida para o certame; apresentar documento falso; ou fizer declaração falsa;
- 17.3.5. até 5% sobre o valor da sua proposta, nos casos do licitante vencedor que, chamado para assinar, aceitar ou retirar o contrato, a ata de registro de preços ou instrumentos equivalentes, no prazo de validade da sua proposta, não comparecer ou recusar-se injustificadamente, sem prejuízos de ser promovida contra o licitante faltoso a competente ação civil para ressarcir a CEASA/DF dos prejuízos causados;
- 17.3.6. até 10% sobre o valor da sua proposta, ao licitante que fraudar a licitação.
- 17.3.7. suspensão, sendo descredenciado e ficando impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em consonância com as situações e os prazos abaixo indicados: Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 17.3.8. por até 6 (seis) meses, o licitante que se comportar de modo inidôneo ou agir de má-fé;
- 17.3.9. por até 1 (um) ano, o licitante que, por dolo ou má-fé, não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; por dolo ou má-fé, deixar de entregar a documentação de habilitação exigida para o certame, prejudicando a CEASA/DF; apresentar documento falso; ou fizer declaração falsa;
- 17.3.10. por até 5 (cinco) anos, o licitante que fraudar a licitação.
- 17.3.11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CEASA/DF, por até 2 (dois) anos, conforme disposto no inciso III do Art.83 da Lei 13303 de 2016 e inciso III do Art. 119 do Regulamento Interno de Compras e Licitações da CEASA/DF.
- 17.3.12. por até 3 (três) meses, quando houver o descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente; pela execução em desacordo com as especificações constantes do edital e seus anexos; ou por agir com negligência na execução do objeto contratado;
- 17.3.13. por até 6 (seis) meses, quando houver o cometimento reiterado de faltas na sua execução; ou pelo retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de fornecimento de bens ou de suas parcelas;
- 17.3.14. por até 8 (oito) meses, quando houver a subcontratação do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, por forma não admitida no contrato;
- 17.3.15. por até 1 (um) ano, quando houver o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores; ou der causa à inexecução parcial do contrato;
- 17.3.16. por até 2 (dois) anos, pela paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento do bem, sem justa causa e prévia comunicação ao fiscal do contrato; pela entrega, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria ou material falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso; praticar atos fraudulentos durante a execução do contrato ou cometer fraude fiscal; ou der causa à inexecução total do contrato.
- 17.4. As sanções previstas neste termo, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.
- 17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CEASA/DF, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 17.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.11. Caso a contratada não cumpra integralmente com as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às sanções previstas na Lei 13.303/16 e no regulamento interno de licitações e contratos da CEASA-DF.
- 17.12. De acordo com o Art. 83 da Lei 13.303/16, a empresa pública ou a sociedade de economia mista pode aplicar as seguintes sanções ao contratado, desde que seja garantida a prévia defesa:
- 17.12.1. Advertência: Uma notificação formal sobre o descumprimento contratual, alertando o contratado para corrigir a situação.
- 17.12.2. Multa: A penalidade financeira, cujo valor é estabelecido no instrumento convocatório ou no próprio contrato.
- 18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
- 18.1. A CONTRATADA deverá garantir que todos os serviços de coleta, transporte, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos urbanos recicláveis, orgânicos e rejeitos/indiferenciados sejam executados em conformidade com as diretrizes ambientais vigentes e com boas práticas de gestão de resíduos.
- 18.2. A CONTRATADA deverá adotar práticas operacionais compatíveis com a legislação ambiental vigente e com os princípios da gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, observando, no mínimo:
- 18.2.1. I - utilização de unidades licenciadas para tratamento ou destinação final;
- 18.2.2. II - manutenção da rastreabilidade dos resíduos coletados;
- 18.2.3. III - apresentação de comprovantes e certificados de destinação final;
- 18.2.4. IV - adoção de medidas de prevenção de impactos ambientais decorrentes da execução contratual;
- 18.2.5. V - observância das normas ambientais, sanitárias e operacionais aplicáveis.
- 18.2.6. A adoção de tecnologias sustentáveis, veículos de menor impacto ambiental, sistemas de rastreamento ou certificações ambientais poderá ser utilizada como elemento complementar de demonstração de boas práticas operacionais, sem constituir obrigação autônoma da CONTRATADA, salvo previsão expressa neste Termo de Referência.
- 18.3. A implementação desses critérios contribuirá para a eficiência dos serviços e para a promoção de práticas ambientalmente responsáveis, alinhadas aos princípios de desenvolvimento sustentável.
- 19. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 19.1. A entrega da documentação e proposta implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem a presente licitação.
- 19.2. Este edital e seus anexos farão parte integrante do contrato que venha a ser firmado com a CEASA/DF, independentemente de transcrição.
- 19.3. **A participação de consórcios e cooperativas não será admitida**, considerando que há ampla concorrência no mercado para a prestação do serviço objeto da contratação, sendo possível a participação individual de empresas especializadas;
- 19.4. **Subcontratação**
- 19.4.1. É vedada a subcontratação do objeto.
- 19.4.2. A contratada deverá facilitar a fiscalização dos trabalhos a ser exercida pela CEASA/DF e seus prepostos.
- 19.5. Em caso de rescisão contratual, fica reconhecido o direito da Administração, conforme interesse público.
- 19.6. O resultado do julgamento da presente licitação será divulgado na forma prevista em lei.
- 19.7. Em caso de se obter isenções dos impostos que incidirão sobre os serviços, tais valores se reverterão em favor da CEASA/DF.
- 19.8. Quanto ao ICMS, nas operações interestaduais, observar-se-ão alíquotas previstas na Resolução no 22/89, do Senado Federal, tendo em vista o fato de a CEASA/DF ser contribuinte do ICMS, com cadastro fiscal no Distrito Federal, sob o no CF/DF 07.324.783/001-53.
- 19.9. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da contratada que deverá responder pelos mesmos e defender a CEASA/DF, em juízo ou fora dele, contra eventuais reclamações relacionadas com o assunto.
- 19.10. Todos os prazos informados no presente edital, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias consecutivos.
- 19.11. Caso nas datas previstas para realização dos eventos da presente licitação não haja expediente na CEASA/DF, não havendo retificação de convocação, aqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos, independentemente de comunicação às interessadas.
- 19.12. Informações adicionais sobre o objeto da contratação estão descritos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 19.13. O Pregoeiro poderá solicitar das licitantes, em todas as fases da licitação, quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, se entender que são necessários para o seu julgamento.
- 19.14. Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.
- 19.15. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
20. **CAPÍTULO XXV – FORO**
- 20.1. O Foro da cidade de Brasília-DF será o competente para dirimir as questões oriundas desta licitação e do contrato, renunciando as partes, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

AUGUSTO PEDRO SILVA
Diretor de Administração e Finanças

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

21. **OBJETO**

- 21.1. Contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços de **coleta, transporte, transbordo e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos recicláveis, orgânicos e rejeitos/indiferenciados**, tratamento biológico dos resíduos orgânicos por compostagem ou processo equivalente, em observância aos percentuais previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 6.518/2020, gerados no âmbito das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA-DF.
- 21.2. A contratação será realizada por licitação, em lote único, com critério de menor valor global, em conformidade ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA-DF e da Lei nº 13.303/16.
- 21.3. **LOTE ÚNICO - Serviços de coleta, tratamento e destinação ambiental de resíduos**, composta por coleta e transporte externo, transbordo e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos recicláveis, orgânicos e rejeitos/indiferenciados desta CEASA-DF, conforme legislações vigentes relacionadas à Gestão de Resíduos Sólidos e nas condições especificadas neste termo de referência.

RESUMO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Item	Especificação	Quantidade Estimada (kg)
1	Coleta, transporte e transbordo de resíduos recicláveis secos	23 Toneladas
2	Coleta, transporte e transbordo dos resíduos orgânicos destinados ao tratamento biológico/compostagem	100 Toneladas
3	Coleta, transporte e transbordo dos demais resíduos gerados, excluídos os recicláveis secos e o material destinado ao tratamento biológico	297 Toneladas
4	Destinação e tratamento de resíduos recicláveis secos	23 Toneladas
5	Destinação e tratamento biológico/compostagem dos resíduos orgânicos	100 Toneladas
6	Destinação e tratamento dos demais resíduos gerados, excluídos os recicláveis secos e o material destinado ao tratamento biológico	297 Toneladas
7	Custo da Balança	60 Pesagens

Obs.: Deverá ser incluído na proposta o valor da balança de pesagem da CEASA-DF e o horário de funcionamento. Os quantitativos são estimativos e não geram direito a fatura

22. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- 22.1. A presente contratação tem fundamento no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA-DF e na Lei nº 13.303/2016.
- 22.2. São legislações pertinentes ao objeto deste termo, entre outras:
- a) Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico, altera e revoga diversas legislações relacionadas ao tema.
- b) Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

c) Lei Distrital nº 4.900, de 16 de agosto de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos mercados de hortifrutigranjeiros geridos pela CEASA-DF.

d) Lei Distrital nº 5.418, de 27 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos e dá outras providências.

e) Lei Distrital nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no DF.

f) Lei Distrital nº 6.518, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos sólidos no DF.

g) Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010.

h) Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei Distrital nº 5.610/2016.

i) Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001, que estabelece os códigos de cores para os diferentes tipos de resíduos.

j) Resolução ADASA nº 14, de 15 de setembro de 2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

k) Instrução Normativa nº 89 do SLU, de 23 de setembro de 2016; e

l) Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - (PGIRS), CEASA-DF/2023.

22.3. Dentre os aspectos de maior relevância destes diplomas legais, temos que, de acordo com a Lei nº 5.610/16, a CEASA-DF se enquadra no conceito de grande gerador de resíduos sólidos, qual seja, "pessoas físicas ou jurídicas que produzam resíduos em estabelecimentos de uso não residencial, incluídos os estabelecimentos comerciais, os públicos e os de prestação de serviço e os terminais rodoviários e aeroportuários, cuja natureza ou composição sejam similares àquelas dos resíduos domiciliares e cujo volume diário de resíduos sólidos indiferenciados, por unidade autônoma, seja superior a 120 litros de resíduos sólidos indiferenciados." Assim, faz-se necessário atender ao disposto da lei, em seu artigo 6º:

Art. 6º Sem prejuízo das demais responsabilidades, o grande gerador deve:

I – cadastrar-se junto ao SLU, na forma e no prazo do regulamento, e informar o prestador de serviços responsável por cada uma das etapas do gerenciamento dos resíduos gerados;

II – elaborar e disponibilizar ao Poder Público, sempre que solicitado, plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos da Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, do Decreto federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, e das demais normas pertinentes;

III – fornecer todas as informações solicitadas pelo Poder Público referentes à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;

IV – permitir o acesso de agentes do Poder Público às suas instalações para verificar o atendimento aos requisitos desta Lei e das normas pertinentes;

V – promover a segregação na origem dos resíduos sólidos similares aos resíduos domiciliares nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais e do seu plano de gerenciamento;

VI – observar as normas pertinentes para acondicionamento e apresentação de resíduos sólidos para coleta.

22.4. Segundo a Resolução ADASA nº 14/2016, os geradores de resíduos sólidos são os responsáveis pelo gerenciamento adequado dos resíduos gerados nas suas atividades, devendo arcar com todo ônus decorrente do seu gerenciamento.

22.5. Os geradores de resíduos sólidos deverão fazer o gerenciamento dos seus resíduos por meios próprios, pela contratação de terceiros cadastrados ou pela contratação do prestador de serviços públicos, conforme os termos das normas legais e regulamentares.

23. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

23.1. Trata o presente processo de Contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços de **coleta, transporte, transbordo e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos recicláveis, orgânicos e rejeitos/indiferenciados**, tratamento biológico dos resíduos orgânicos por compostagem ou processo equivalente, em observância aos percentuais previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 6.518/2020, gerados no âmbito das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA-DF, doravante denominada CEASA-DF.

23.2. A adequada gestão desses resíduos constitui condição indispensável para a manutenção das atividades institucionais da CEASA-DF, sendo que a interrupção da coleta e destinação final ocasionaria riscos imediatos à saúde pública, ao meio ambiente e à segurança sanitária do empreendimento.

23.3. Ausência desse tipo de contrato compromete a adequada gestão dos resíduos gerados na CEASA-DF e coloca em risco as atividades do complexo, que não pode funcionar sem a correta destinação dos resíduos, visto que a geração desses materiais é contínua e o não manejo adequado pode comprometer tanto a saúde pública quanto o meio ambiente.

23.4. A CEASA-DF não dispõe de estrutura operacional própria para execução dos serviços objeto da presente contratação, razão pela qual mostra-se necessária a contratação de empresa especializada, responsável pelo fornecimento de veículos, equipamentos, mão de obra operacional, licenças, insumos e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços.

23.5. Segundo a Resolução ADASA nº 14/2016, os grandes geradores de resíduos sólidos são os responsáveis pelo gerenciamento adequado dos resíduos gerados nas suas atividades, devendo arcar com todo ônus decorrente do seu gerenciamento.

23.6. São considerados grandes geradores os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, geradores de resíduos sólidos em volume igual ou superior a 120 (cento e vinte) litros diários.

23.7. A contratação terá vigência inicial de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogada sucessivamente, observados os limites previstos na Lei nº 13.303/2016, a vantajosidade para a Administração e a manutenção das condições de habilitação e regularidade contratual.

23.8. As unidades utilizadas para tratamento biológico/compostagem deverão possuir licença ambiental, autorização ou documento equivalente válido, expedido pelo órgão ambiental competente, conforme a localização da unidade e a natureza da atividade, sem prejuízo das obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais aplicáveis.

24. DETALHAMENTO DO OBJETO

24.1. Trata-se de contratação de serviço de coleta, transporte, transbordo e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recicláveis, rejeitos/indiferenciados e orgânicos, produzidos no âmbito das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal/CEASA-DF.

24.2. Os resíduos estarão dispostos em contêineres que serão alocados nos CENTROS DE RECEPÇÃO DE RESÍDUOS - CRR e ao longo das vias internas da CEASA-DF.

24.3. Os resíduos sólidos deverão ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

24.4. A coleta, o transporte, o transbordo e a destinação final ambientalmente adequada deverão abranger os resíduos efetivamente disponibilizados à CONTRATADA no âmbito da execução contratual, observadas as hipóteses de destinação parcial, segregação operacional, reaproveitamento, tratamento por parceiros, soluções institucionais, atuação do SLU ou demais hipóteses previstas neste Termo de Referência.

24.5. Fica vedada, por força da Lei Distrital nº 6.518/2020, a destinação aos aterros sanitários e à incineração dos resíduos sólidos orgânicos no Distrito Federal, exceto nos seguintes casos:

a) calamidade pública;

b) decreto do Poder Executivo declarando estado de emergência.

24.6. Em conformidade com o artigo 3º da referida lei supracitada, aplicam-se as definições constantes nas Leis federais nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, bem como na Lei nº 5.418, de 27 de novembro de 2014.

24.7. A vedação de destinação aos aterros sanitários a que se refere o *caput* do art. 2º, da Lei nº 6.518/2020, deve ser aplicada de acordo com o seguinte cronograma, devendo a CONTRATADA observar o dispositivo legal e suas alterações, observadas as condições operacionais, a efetiva segregação dos resíduos na origem, a viabilidade técnica da solução adotada, as diretrizes definidas pela CEASA-DF e a regulamentação vigente:

- a) até 1º de janeiro de 2027, 25% dos resíduos orgânicos devem ser obrigatoriamente destinados ao tratamento por processos biológicos;
- b) até 1º de janeiro de 2028, 50% dos resíduos orgânicos devem ser obrigatoriamente destinados ao tratamento por processos biológicos;
- c) até 1º de janeiro de 2029, 75% dos resíduos orgânicos devem ser obrigatoriamente destinados ao tratamento por processos biológicos;
- d) até 1º de janeiro de 2030, 100% dos resíduos orgânicos devem ser obrigatoriamente destinados ao tratamento por processos biológicos.

24.7.1. A implementação da compostagem dos resíduos orgânicos no âmbito da CEASA-DF ficará condicionada à efetiva segregação dos resíduos na origem, a ser realizada pelos permissionários, concessionários e demais geradores, conforme normas aplicáveis, diretrizes da CEASA-DF e critérios operacionais definidos pela fiscalização contratual.

24.7.2. Uma vez reconhecida pela CONTRATANTE a existência de condições adequadas de segregação dos resíduos orgânicos na origem, a implementação da compostagem poderá ocorrer de forma gradual, observados os percentuais mínimos previstos no item 4.7 deste Termo de Referência, conforme viabilidade operacional, disponibilidade de solução ambientalmente adequada e regulamentação vigente.

24.7.3. O produto resultante da compostagem deverá ser disponibilizado à CEASA-DF, sem ônus adicional, não sendo considerado, para fins de composição de preços, como fonte de receita da CONTRATADA. Eventual aproveitamento econômico do composto orgânico dependerá de prévia autorização da CEASA-DF e poderá ensejar a formalização de termo aditivo para disciplinar sua destinação.

24.7.3.1. A disponibilização do composto orgânico à CEASA-DF deverá ocorrer em local, forma e periodicidade definidos pela fiscalização contratual, observadas as condições técnicas, sanitárias e ambientais aplicáveis. O transporte do composto até o local de disponibilização indicado pela CEASA-DF, quando decorrente da própria operação de tratamento contratada, deverá estar contemplado nos custos da CONTRATADA, salvo definição diversa expressamente formalizada pela CONTRATANTE.

24.7.3.2. Caso a CEASA-DF não indique destinação ou local de recebimento do composto orgânico no prazo definido pela fiscalização, a CONTRATADA deverá manter o material em condições adequadas de armazenamento na unidade de tratamento ou destinação, pelo prazo operacionalmente necessário, sem prejuízo de posterior definição administrativa quanto ao aproveitamento, retirada ou destinação do produto, vedada sua comercialização ou destinação econômica sem autorização prévia da CEASA-DF.

24.7.4. Para implementação da compostagem em escala operacional, a CONTRATADA deverá apresentar, previamente ao início da operação correspondente, memória de cálculo e documentação técnica dos custos envolvidos, em comparação com a sistemática de destinação anteriormente praticada.

24.7.5. Havendo divergência relevante, a CEASA-DF poderá, mediante análise técnica, revisar os valores contratuais por meio de termo aditivo, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

24.7.6. A execução contratual observará progressivamente as diretrizes legais aplicáveis ao tratamento dos resíduos orgânicos, conforme viabilidade operacional, segregação e regulamentação vigente.

24.7.7. A **CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados da assinatura do contrato entre as partes, um **Plano de Trabalho Operacional - PTO** referente à coleta, transporte e transbordo, a ser empregado no âmbito da CEASA-DF, em conformidade com a legislação vigente e o PGIRS, disponível para consulta no site da CEASA-DF.

24.7.8. O PTO deverá conter, no mínimo:

- I - descrição das rotas operacionais de coleta, transporte e transbordo;
- II - identificação dos veículos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços;
- III - quantitativo estimado de viagens e frequência operacional;
- IV - procedimentos de contingência para falhas operacionais, indisponibilidade de veículos, interrupções de coleta e situações emergenciais;
- V - sistemática operacional de pesagem e controle da rastreabilidade dos resíduos;
- VI - procedimentos para atendimento das exigências ambientais e operacionais previstas neste Termo de Referência, no PGIRS e na legislação aplicável;
- VII - identificação do responsável técnico e dos canais de comunicação operacional da CONTRATADA;
- VIII - procedimentos operacionais relacionados à prevenção de acúmulo irregular de resíduos nos CRR.

24.7.9. O PTO deverá ser submetido à análise da fiscalização contratual, podendo a CEASA-DF solicitar ajustes, complementações ou adequações operacionais antes de sua aprovação definitiva.

24.7.10. A atualização do PTO poderá ser exigida pela CEASA-DF sempre que houver alteração relevante na sistemática operacional dos serviços.

24.7.11. A CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias para apresentar as alterações, ajustes, complementações ou adequações operacionais solicitadas pela fiscalização contratual no âmbito do PTO.

24.7.12. Cabe à fiscalização contratual realizar a aprovação do PTO.

24.7.13. Até a aprovação definitiva do PTO, a execução contratual ocorrerá com base nas diretrizes operacionais mínimas definidas pela fiscalização contratual e nas obrigações previstas neste Termo de Referência.

24.8. Será aferido o volume de resíduos coletados na CEASA-DF por meio de balança rodoviária devidamente homologada e instalada neste entreposto.

24.9. Para sistematizar a coleta, será definida rota operacional de trabalho no âmbito do Plano de Trabalho Operacional - PTO, considerando as vias internas da CEASA-DF e as diretrizes estabelecidas pela fiscalização contratual.

24.10. O volume coletado e transportado será aferido na saída da CEASA-DF por profissionais designados pela CEASA-DF e também no destino final à título de comparação e cruzamento de dados.

24.11. Os serviços serão realizados diariamente, conforme demanda, em faixa de horário determinada e observando o calendário de funcionamento e atividades da CEASA-DF, inclusive aos sábados, domingos e feriados, no intuito de evitar acúmulo de resíduos nas dependências da instituição.

24.12. O Plano de Destinação Final dos Resíduos Sólidos deverá ser desenvolvido obedecendo o previsto no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Ceasa-DF e legislações vigentes.

24.13. Em conformidade com este Termo de Referência, o pagamento será realizado de acordo com o peso, em toneladas, do resíduo efetivamente coletado, transportado, transbordado e destinado adequadamente pela CONTRATADA.

24.13.1. A destinação de parte dos resíduos por parceiros formalmente autorizados pela CEASA-DF não gerará pagamento à CONTRATADA sobre os quantitativos não coletados, transportados, transbordados ou destinados por ela, devendo tais volumes ser excluídos da medição mensal.

24.14. A CEASA-DF poderá definir, no todo ou em parte, a destinação dos resíduos objeto deste Termo de Referência, conforme a legislação vigente, o PGIRS e as diretrizes operacionais da Administração.

24.14.1. A CEASA-DF poderá, a qualquer tempo e mediante decisão administrativa fundamentada, promover diretamente, por meio do Serviço de Limpeza Urbana – SLU, parceiros institucionais, novas tecnologias ambientalmente adequadas ou outras soluções operacionalmente e legalmente admitidas, a coleta, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de parte ou da totalidade dos resíduos abrangidos neste Termo de Referência.

24.14.1.1. A adoção das hipóteses previstas no subitem anterior não caracteriza exclusividade da CONTRATADA, garantia de volume mínimo ou alteração contratual ilícita, sendo devido pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados, medidos e validados pela fiscalização contratual.

24.15. **ESTIMATIVA DOS RESÍDUOS GERADOS NA CEASA-DF**

24.15.1. Estimativa de geração de resíduos e pesagens:

- a) média mensal estimada: 420 Toneladas
- b) média diária considerando 26 dias de operação (segunda a sábado): 16,1 Toneladas
- c) média mensal estimada de 60 (sessenta) pesagens, correspondentes às medições realizadas antes e após as operações de coleta e destinação dos resíduos.

24.15.2. A estimativa mensal de geração de resíduos considerou os dados constantes do PGIRS da CEASA-DF, médias de destinação de contratos anteriores para esse

serviço, bem como acordos de cooperação e demais destinações ambientalmente adequadas, os quais promovem o reaproveitamento e reduzem o quantitativo de resíduos encaminhados ao aterro sanitário.

24.15.3. Os quantitativos indicados possuem caráter meramente estimativo, não gerando direito a faturamento mínimo, indenização ou compensação financeira, sendo devido pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados, medidos e validados pela fiscalização contratual.

24.16. A CONTRATADA deverá observar práticas operacionais compatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável e da gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, nos termos da legislação aplicável e deste Termo de Referência.

24.17. DA LOGÍSTICA OPERACIONAL COMPLEMENTAR:

24.17.1. Os veículos destinados à coleta dos resíduos no âmbito da CEASA-DF deverão iniciar suas atividades sem carga, admitindo-se excepcionalmente carga externa previamente comunicada e autorizada pela fiscalização da CEASA-DF.

24.17.2. Na hipótese de utilização de veículo que contenha resíduos provenientes de outras origens, a CONTRATADA deverá comunicar previamente à fiscalização da CEASA-DF, apresentando justificativa formal.

24.17.3. A utilização de veículos com carga externa ficará condicionada à análise e autorização da CEASA-DF, que poderá, a seu critério, vetar a prática, especialmente quando houver risco à rastreabilidade dos resíduos, à confiabilidade da medição ou à adequada execução contratual.

24.17.4. A CONTRATADA deverá realizar todas as viagens necessárias para assegurar a retirada integral dos resíduos gerados no âmbito da CEASA-DF, não sendo admitida a permanência de resíduos nos CRR por insuficiência de coleta.

24.17.5. A impossibilidade de realização de viagens adicionais deverá ser formalmente justificada e submetida à análise da fiscalização, sendo que a não retirada integral dos resíduos, sem justificativa aceita pela CEASA-DF, caracterizará falha na execução contratual.

24.17.6. Considera-se situação de acúmulo irregular de resíduos nos CRR, para fins de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, a ocorrência de qualquer das seguintes condições:

I - permanência de resíduos sólidos por período superior a 12 (doze) horas após a janela de coleta programada;

II - nível de ocupação do contêiner que impeça o fechamento de sua tampa ou que apresente risco iminente de transbordamento, sem previsão de coleta nas 4 (quatro) horas subsequentes ao horário regular de prestação dos serviços.

24.17.6.1. A fiscalização deverá registrar a ocorrência mediante evidência fotográfica com identificação do respectivo CRR e notificar imediatamente a CONTRATADA.

24.17.6.2. A não regularização da situação no menor prazo operacionalmente possível, observado como referência o prazo de até 4 (quatro) horas após a notificação, contado dentro do horário regular de prestação dos serviços, salvo impossibilidade operacional devidamente justificada e aceita pela CEASA-DF, poderá caracterizar infração sujeita à aplicação da multa prevista no item 14.5, por CRR e por dia de ocorrência.

24.17.6.3. A ocorrência simultânea em mais de 3 (três) contêineres ou em mais de 1 (um) CRR poderá ser considerada circunstância agravante para fins de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

24.18. DEFINIÇÕES:

a) **GRANDES GERADORES:** Conforme a Lei Distrital nº 6.518/2020, os proprietários, possuidores ou titulares de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros, geradores de resíduos sólidos em volume igual ou superior a 120 (cento e vinte) litros diários.

b) **COLETA SELETIVA:** coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição. A coleta seletiva na CEASA-DF será realizada para as tipologias de resíduos sólidos, utilizando-se na identificação das lixeiras seletivas, contêineres, caçambas, entre outros equipamentos de acondicionamento.

c) **LOGÍSTICA REVERSA:** Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

d) **RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:** Compreendem todos os resíduos sólidos gerados em um aglomerado urbano, excetuados os resíduos de saúde, industriais e dos portos, aeroportos e zonas de fronteira e ainda aqueles estabelecidos em legislação específica de responsabilidade exclusiva de seu gerador.

e) **RESÍDUOS ORGÂNICOS:** Os resíduos orgânicos são constituídos basicamente por restos de animais ou vegetais descartados de atividades humanas. Podem ter diversas origens, como doméstica ou urbana (restos de alimentos e podas), agrícola ou industrial (resíduos de agroindústria alimentícia, indústria madeireira, frigorífico, etc) de saneamento básico (lodos de estações de tratamento de esgotos), entre outras. São materiais que, em ambientes naturais equilibrados, se degradam espontaneamente e reciclam os nutrientes nos processos da natureza. Mas quando derivados de atividades humanas, especialmente em ambientes urbanos, podem se constituir em um sério problema ambiental, pelo grande volume gerado e pelos locais inadequados em que são armazenados ou dispostos. A disposição inadequada de resíduos orgânicos gera chorume, emissão de metano na atmosfera e favorece a proliferação de vetores de doenças. Assim, faz-se necessária a adoção de métodos adequados de gestão e tratamento destes grandes volumes de resíduos, para que a matéria orgânica presente seja estabilizada e possa cumprir seu papel natural de fertilizar os solos. Para efeito de destinação final na CEASA-DF, serão considerados resíduos orgânicos os descartes de frutas, verduras e legumes não passíveis de reaproveitamento pelo Banco de Alimentos da CEASA-DF, além de podas e supressões de vegetação, folhas, flores, aparas, palhas e ovos.

f) **RESÍDUOS RECICLÁVEIS SECOS:** Os resíduos recicláveis secos são compostos, principalmente, por metais (como aço e alumínio), papel, papelão, tetra park, diferentes tipos de plásticos e vidro. São os materiais descartados passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, visando à produção de insumos ou novos produtos por meio da reciclagem. Para efeitos de destinação final na CEASA-DF, serão considerados resíduos recicláveis secos, papéis, papelão, jornal, embalagens, plásticos, copos descartáveis, sacolas, garrafas PET, metais, latas, etc.

g) **RESÍDUOS PERIGOSOS:** São aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica. Estes são enquadrados na legislação de logística reversa.

h) **REJEITOS:** São considerados rejeitos os resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada. Para efeito de destinação final na CEASA-DF, serão considerados rejeitos ou indiferenciados, os resíduos oriundos da varrição, de instalações sanitárias (papel higiênico, absorventes, fraldas, etc.), de lanchonetes e restaurantes.

i) **CENTROS DE RECEPÇÃO DE RESÍDUOS - CRR:** locais onde ficam estacionados os contêineres para a disposição dos resíduos da coleta seletiva solidária e varrição conforme legislação pertinente.

j) **PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PGIRS):** Documento que demonstra capacidade de uma empresa de gerir de forma ambientalmente adequada todos os resíduos gerados. Trata-se de um memorial descritivo dos procedimentos já implementados e operacionalizados, bem como daqueles a serem adotados no gerenciamento dos resíduos para as etapas de segregação, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação ou disposição final.

25. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E HABILITAÇÃO OPERACIONAL

25.1. A licitante deverá comprovar qualificação técnica compatível com o objeto deste Termo de Referência, mediante apresentação de documentação que demonstre experiência prévia na execução de serviços de coleta, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos urbanos.

25.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá ocorrer mediante apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

25.3. Considerar-se-á compatível a comprovação de execução de serviços em quantitativo mínimo correspondente a 20% (vinte por cento) da estimativa mensal prevista neste Termo de Referência, isto é, 84 (oitenta e quatro) toneladas por mês.

25.3.1. O percentual mínimo de 20% da estimativa mensal foi definido com vistas a preservar a comprovação objetiva de experiência operacional compatível com o objeto, sem impor restrição excessiva à competitividade do certame, considerando que a execução contratual será acompanhada por mecanismos de controle, fiscalização, medição por pesagem, rastreabilidade da destinação final e exigência de regularidade ambiental e técnico-profissional.

25.4. Os atestados deverão conter, no mínimo, identificação do emitente, descrição dos serviços executados, período de execução e quantitativos operacionais, podendo ser apresentados em nome da matriz ou filial e ser objeto de diligência pela Administração para verificação de autenticidade, legitimidade e compatibilidade com o

objeto.

- 25.5. A licitante deverá possuir ou apresentar, na forma prevista neste Termo de Referência e no edital, as licenças ambientais, autorizações operacionais e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes para execução dos serviços e utilização das unidades de tratamento ou destinação final.
- 25.5.1. A licitante deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA ou conselho profissional competente, em plena validade e compatível com as atividades previstas neste Termo de Referência.
- 25.6. A licitante deverá possuir responsável técnico legalmente habilitado, com formação compatível com o objeto contratado, especialmente nas áreas de Engenharia Ambiental ou Engenharia Sanitária, regularmente registrado no respectivo conselho profissional, observadas as exigências previstas no edital.
- 25.6.1. O responsável técnico deverá possuir vínculo formal com a licitante, comprovado mediante CTPS, contrato social, ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviços, admitida contratação futura condicionada à assinatura do contrato.
- 25.6.2. O responsável técnico deverá possuir Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho profissional competente, compatível com serviços de coleta, transporte, tratamento ou destinação de resíduos sólidos urbanos.
- 25.7. A licitante deverá comprovar possuir pelo menos 1 (um) veículo coletor próprio, dotado de equipamentos compatíveis com a coleta mecanizada dos resíduos, em conformidade com as exigências operacionais e ambientais previstas neste Termo de Referência, com capacidade operacional compatível com o volume médio diário estimado da CEASA-DF, preferencialmente entre 15 m³ e 19 m³, e com no máximo 20 (vinte) anos de fabricação.
- 25.7.1. Os veículos utilizados na execução contratual deverão permanecer em adequadas condições de conservação, funcionamento, segurança e higiene, cabendo à CONTRATADA comprovar, sempre que solicitado pela fiscalização, a realização das manutenções preventivas e corretivas necessárias.
- 25.8. A empresa participante deverá apresentar os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico-financeira e demais exigências previstas no edital e na legislação aplicável.
- 25.9. A não apresentação dos documentos exigidos ou sua apresentação em desconformidade com este Termo de Referência e com o edital acarretará a inabilitação da licitante.
- 25.10. A licitante deverá apresentar declaração, certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE ou documentação comprobatória de atendimento às exigências legais relativas à reserva de vagas para pessoas com deficiência - PCD e aprendizes, nos termos da legislação trabalhista vigente.

26. **DESCRIÇÃO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E HORÁRIOS GERAIS**

26.1. **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A.**

- Endereço: Setor de Indústria e Abastecimento Sul, Trecho 10, Lote nº 05, CEP: 71208- 900 – Brasília/DF
- Telefone: (61) 3363-1204 / (61) 3363-1225
- CNPJ 00.314.310/0001-80
- Site: www.ceasa.df.gov.br
- Natureza jurídica: Sociedade de Economia Mista
- Área total: 285.119,05 m² acrescida do estacionamento de apoio ao lado da Portaria 02 de aproximadamente 8.300 m²
- Área construída: : 94.115,58 m²

26.2. Horário de funcionamento:

- 26.2.1. Administração: segunda a sexta-feira das 8h às 17h
- 26.2.2. Pavilhões permanentes (boxes) segunda a sexta-feira das 4h30 às 17h e sábado das 4h30 às 15h
- 26.2.3. Mercado Livre do Produtor: segunda a sexta-feira das 4h30 às 12h
- 26.2.4. Varejão: sábado das 4h30 às 15h
- 26.2.5. Mercado da Agricultura Familiar: segunda a sábado das 4h30 às 15h
- 26.2.6. **Funcionamento da Balança Rodoviária:**

- **Segunda e Quinta: 05h00 às 18h00;**
- **Terça, Quarta e Sexta: 06h00 às 18h00; e**
- **Sábado: 08h00 às 13h00.**

27. **VALOR ESTIMADO**

27.1. O valor estimado da contratação será apurado por meio de cotação de preços pelo setor competente da CEASA-DF, observados os quantitativos estimados constantes da tabela abaixo, sem garantia de volume mínimo e com pagamento condicionado aos serviços efetivamente executados, medidos e validados pela fiscalização contratual.

27.1.1. A proposta deverá apresentar preços unitários para cada item da planilha, sendo o julgamento realizado pelo menor valor global estimado do lote, obtido pela multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos estimados, sem garantia de volume mínimo e com pagamento condicionado aos serviços efetivamente executados, medidos e validados pela fiscalização contratual.

27.1.2. Os preços unitários ofertados servirão de base para medição, faturamento, glosas, eventuais acréscimos ou supressões e demais ajustes decorrentes da execução contratual, observados os limites legais e contratuais aplicáveis.

RESUMO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Item	Especificação	Quantidade Estimada (t)
1	Coleta, transporte e transbordo de resíduos recicláveis secos	23 Toneladas
2	Coleta, transporte e transbordo dos resíduos orgânicos destinados ao tratamento biológico/compostagem	100 Toneladas
3	Coleta, transporte e transbordo dos demais resíduos gerados, excluídos os recicláveis secos e o material destinado ao tratamento biológico	297 Toneladas
4	Destinação e tratamento de resíduos recicláveis secos	23 Toneladas
5	Destinação e tratamento biológico/compostagem dos resíduos orgânicos	100 Toneladas
6	Destinação e tratamento dos demais resíduos gerados, excluídos os recicláveis secos e o material destinado ao tratamento biológico	297 Toneladas
7	Custo da Balança	60 Pesagens

Obs.: Deverá ser incluído na proposta o valor da balança de pesagem da CEASA-DF e o horário de funcionamento. Os quantitativos são estimativos e não geram direito a fatura

27.2. Independentemente da classificação por tipo de resíduo, o quantitativo mensal total estimado de resíduos gerados no âmbito da CEASA-DF é de 420 toneladas, sem garantia de volume mínimo ou direito a faturamento mínimo.

27.2.1. Para fins de cotação, o quantitativo estimado de tratamento biológico/compostagem foi fixado em 100 toneladas/mês, correspondente, por arredondamento, a aproximadamente 25% da estimativa mensal de 397 toneladas dos demais resíduos gerados, excluídos os recicláveis secos.

27.2.2. Para fins de composição de custos e acompanhamento das obrigações trabalhistas, deverá ser considerada a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato da Limpeza Urbana do Distrito Federal - SINDILURB/DF, quando aplicável à categoria profissional envolvida na execução contratual.

27.2.3. Os itens 1 a 3 referem-se às etapas de coleta, transporte e transbordo dos resíduos, enquanto os itens 4 a 6 referem-se às etapas de destinação, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada. Tais itens possuem naturezas distintas e poderão ser medidos de forma cumulativa quando as respectivas etapas forem efetivamente executadas pela CONTRATADA sobre o mesmo quantitativo de resíduos, vedado pagamento em duplicidade por etapa não realizada.

28. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

28.1. A CONTRATADA deverá garantir que todos os serviços de coleta, transporte, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos urbanos recicláveis, orgânicos e rejeitos/indiferenciados sejam executados em conformidade com as diretrizes ambientais vigentes e com boas práticas de gestão de resíduos.

28.2. A CONTRATADA deverá adotar práticas operacionais compatíveis com a legislação ambiental vigente e com os princípios da gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, observando, no mínimo:

I - utilização de unidades licenciadas para tratamento ou destinação final;

II - manutenção da rastreabilidade dos resíduos coletados;

III - apresentação de comprovantes e certificados de destinação final;

IV - adoção de medidas de prevenção de impactos ambientais decorrentes da execução contratual;

V - observância das normas ambientais, sanitárias e operacionais aplicáveis.

28.2.1. A adoção de tecnologias sustentáveis, veículos de menor impacto ambiental, sistemas de rastreamento ou certificações ambientais poderá ser utilizada como elemento complementar de demonstração de boas práticas operacionais, sem constituir obrigação autônoma da CONTRATADA, salvo previsão expressa neste Termo de Referência.

28.3. A implementação desses critérios contribuirá para a eficiência dos serviços e para a promoção de práticas ambientalmente responsáveis, alinhadas aos princípios de desenvolvimento sustentável.

29. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

29.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

29.1.1. A CONTRATADA deverá estar cadastrada junto ao Serviço de Limpeza Urbana - SLU, conforme o artigo 4º, da Lei Distrital nº 5.610/2016.

29.1.2. Retirar os resíduos efetivamente disponibilizados à CONTRATADA pela CONTRATANTE, observadas as hipóteses de destinação parcial previstas neste Termo de Referência.

29.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelos resíduos a partir da sua retirada do âmbito da CEASA-DF até a efetiva destinação final ambientalmente adequada.

29.1.4. A CONTRATADA deverá prestar serviços diariamente, conforme demanda, em faixa de horário determinada e observando o calendário de funcionamento e atividades da CEASA-DF, inclusive aos sábados, domingos e feriados, no intuito de evitar acúmulo de resíduos nas dependências da instituição, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, podendo ser exigidas coletas adicionais em situações excepcionais de acúmulo relevante de resíduos ou risco operacional devidamente justificado pela fiscalização contratual.

29.1.5. Os veículos e equipamentos utilizados nos serviços deverão estar em conformidades com a Instrução Normativa nº 89/2016 e correlatas, do Serviço de Limpeza Urbana - SLU, e todo custo de manutenção veicular e maquinário ficará a cargo da CONTRATADA.

29.1.6. Zelar pela adequada qualificação profissional do pessoal envolvido na operação e transporte, proporcionando-lhes treinamento específico, exames de saúde periódicos e condições de trabalho, conforme preceitos de higiene, medicina e segurança do trabalho.

29.1.7. A CONTRATADA deverá observar a Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria profissional envolvida na execução contratual, especialmente a Convenção Coletiva do Sindicato da Limpeza Urbana do Distrito Federal - SINDILURB/DF, quando compatível com a atividade efetivamente desempenhada, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

29.1.8. Cumprir integralmente toda legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, social e de higiene e segurança do trabalho relacionada à execução deste Contrato, obrigando-se a efetuar todos os recolhimentos legalmente exigidos.

29.1.9. Disponibilizar à fiscalização da CEASA-DF, quando solicitado, acesso às informações, documentos, registros operacionais, certificados de destinação e demais evidências relacionadas à execução contratual e à destinação final dos resíduos, podendo ser realizada vistoria técnica previamente agendada nas unidades de tratamento ou destinação utilizadas pela CONTRATADA.

29.1.10. Efetuar a pesagem das cargas de resíduos em conformidade com a sistemática estabelecida neste Termo de Referência, especialmente quanto à utilização da balança da CEASA-DF.

29.1.11. Executar serviços com diligência profissional exigida pela natureza dos serviços prestados, assumindo plena responsabilidade por qualquer prejuízo que possa acarretar à CEASA-DF e/ou terceiros em razão de seus atos ou omissões na prestação dos serviços, inclusive em relação a direitos de propriedade intelectual e autorais, indenizando integralmente a CEASA-DF pelas perdas ou danos causados.

29.1.12. Em situações excepcionais de aumento relevante da geração de resíduos ou risco operacional devidamente identificado pela CEASA-DF, a CONTRATADA deverá adotar medidas operacionais razoáveis e compatíveis com sua capacidade operacional contratada, para assegurar a continuidade da coleta e evitar acúmulo irregular de resíduos.

29.1.13. Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou que venham a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, de acordo com a legislação em vigor, respondendo por qualquer recolhimento tributário indevido e por quaisquer infrações cometidas decorrentes da execução do objeto contratual.

29.1.14. A CONTRATADA emitirá relatórios mensais dos serviços diários com a quantificação dos resíduos recolhidos, orgânicos, recicláveis e indiferenciados/rejeitos. Para tal, a CONTRATADA elaborará, a cada coleta, relatório contendo a data, o horário, o peso dos resíduos em toneladas e o responsável pela entrega, além dos comprovantes de recebimento do material.

29.1.15. Utilizar, somente se autorizado por escrito, o nome ou logotipo da CEASA-DF, bem como qualquer abreviatura ou adaptação deles para efeito de publicidade, comércio ou outro propósito, seja ele qual for, devendo zelar pelo bom nome institucional da CEASA-DF, respondendo pelas perdas e danos decorrentes de eventual uso indevido.

29.1.16. A CONTRATADA será integralmente responsável pelas obrigações decorrentes das relações de trabalho mantidas com seus empregados e prestadores vinculados à execução contratual, observada a legislação aplicável.

29.1.17. Indicar formalmente um preposto para representá-la na execução do contrato.

29.1.17.1. A CONTRATADA deverá manter estrutura mínima de suporte operacional e canal permanente de atendimento apto ao acompanhamento da execução contratual e ao atendimento das demandas da fiscalização da CEASA-DF, admitida estrutura física, administrativa ou operacional no Distrito Federal ou limítrofes ao Distrito Federal.

29.1.17.2. A CONTRATADA deverá encaminhar, sempre que solicitado pela CEASA-DF, representante para participar de reuniões relacionadas ao objeto dessa

contratação.

29.1.17.3. Negativa em participar de reunião presencial, sem justificativa, poderá ser caracterizada como infração leve.

29.1.18. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do Contrato.

29.1.19. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à CEASA-DF e/ou terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus empregados ou prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

29.1.20. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo, sem prévia autorização da CEASA-DF.

29.1.21. Acatar orientações da CEASA-DF, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo em prazo hábil às reclamações formuladas.

29.1.22. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

29.1.23. Apresentar empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com Equipamentos De Proteção Individual – EPI durante todas as etapas da prestação dos serviços.

29.1.24. Manter a área livre de produtos ou materiais inflamáveis, ou que constituam riscos iminentes de incêndios ou explosões.

29.1.25. Obter por sua conta e risco, todas as autorizações, registros, licenças e alvarás que forem necessários para o exercício de suas atividades na área, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes das mesmas, inclusive eventuais encargos trabalhistas, tributários e fiscais, sem que haja qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da CEASA-DF.

29.1.26. Tomar todas as medidas necessárias para a contenção e contingência de riscos tais como acúmulo de resíduos, interrupção da operação, contaminação, geração de chorume, mal cheiro e infestações derivadas da operação.

29.1.27. Executar os serviços de acordo com o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007, na Lei Federal nº 12.305/2010, na Lei Distrital nº 4.900/2012, na Lei Distrital nº 5.418/2014, na Lei Distrital nº 5.610/2016, na Lei Distrital nº 6.518/2020, na Resolução CONAMA nº 275/2001, na Resolução ADASA nº 14/2016 e correlatas, na Instrução Normativa nº 89/2016 do SLU e correlatas, no PGIRS - CEASA-DF, bem como no presente Termo de Referência.

29.1.28. A CONTRATADA deverá realizar a retirada e destinação ambientalmente adequada de paletes inservíveis, papelão e materiais correlatos eventualmente disponibilizados pela CONTRATANTE no fluxo operacional dos resíduos abrangidos neste Termo de Referência.

29.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CEASA-DF:

29.2.1. Comunicar à CONTRATADA para a realização dos serviços, nos prazos definidos neste Termo de Referência.

29.2.2. Facilitar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais de coleta.

29.2.3. Oferecer as informações necessárias para a prestação de serviços.

29.2.4. A CEASA-DF comunicará à CONTRATADA acerca da necessidade de execução de serviços extraordinários com até 01 (um) dia de antecedência, ou no mesmo dia, em caráter de emergência.

29.2.5. Disponibilizar o meio necessário para o ingresso das pessoas indicadas pela CONTRATADA em suas dependências, quando for necessário, para o fiel cumprimento do contrato.

29.2.6. Adotar medidas legais no caso de não cumprimento do horário pela CONTRATADA.

29.2.7. Verificar e atestar as notas fiscais, quando do seu recebimento.

29.2.8. Disponibilizar os resíduos sólidos gerados no âmbito da CEASA-DF para coleta, observadas as diretrizes operacionais, ambientais e as hipóteses de destinação parcial previstas neste Termo de Referência.

29.2.9. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos, após os devidos trâmites processuais.

30. FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

30.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, da regularidade da medição dos resíduos, da rastreabilidade da destinação final e do cumprimento das obrigações operacionais, ambientais e contratuais previstas neste Termo de Referência, visando assegurar a adequada execução do objeto.

30.2. A CEASA-DF designará empregado, gestor, fiscal ou comissão de fiscalização para acompanhamento da execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

30.3. Compete a fiscalização do contrato:

I - verificar a conformidade dos veículos transportadores e das operações realizadas com a legislação aplicável, inclusive a Instrução Normativa nº 89/2016 do SLU e normas correlatas.

II - acompanhar e validar a medição dos serviços, inclusive mediante cruzamento dos registros de pesagem da CEASA-DF com os comprovantes apresentados pela CONTRATADA.

III - fiscalizar a rastreabilidade da coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final dos resíduos.

IV - verificar ocorrências de carga externa não autorizada, falhas operacionais, acúmulo irregular de resíduos e demais situações previstas no fluxo de controle da execução contratual.

V - promover o registro das ocorrências verificadas, inclusive mediante evidência fotográfica, quando cabível.

VI - notificar formalmente a CONTRATADA para correção de falhas operacionais, irregularidades de execução ou inconsistências documentais.

30.4. O Relatório Mensal de Serviços deverá conter, no mínimo:

a) identificação da CONTRATADA;

b) período de execução dos serviços;

c) identificação do responsável operacional;

d) horários das coletas realizadas;

e) quantitativo de resíduos coletados, em toneladas;

f) identificação da destinação final ambientalmente adequada;

g) comprovantes de pesagem inicial e da destinação final dos resíduos;

h) registros das ocorrências operacionais relevantes verificadas no período.

30.5. A CONTRATADA deverá manter endereço eletrônico (e-mail) válido e ativo para recebimento das comunicações oficiais da CEASA-DF, que serão consideradas válidas quando encaminhadas ao endereço eletrônico informado.

30.5.1. É de responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados de contato atualizados, presumindo-se válidas as comunicações enviadas ao último endereço eletrônico informado à CEASA-DF.

30.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar número de telefone celular e aplicativo de mensagens instantâneas ativo, para comunicações operacionais urgentes relacionadas à execução dos serviços, especialmente em situações de acúmulo irregular de resíduos, falhas de coleta, contingências operacionais ou riscos à continuidade da prestação dos serviços.

30.6.1. As comunicações realizadas por aplicativo de mensagens terão caráter operacional e complementar, não substituindo as notificações formais realizadas por

meio do SEI, e-mail institucional ou demais meios oficialmente previstos.

31. DO PAGAMENTO

31.1. O pagamento será efetuado pela CEASA-DF no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do atesto da execução dos serviços e do recebimento da documentação completa exigida pela fiscalização contratual, compreendendo:

- relatório mensal de medição, contendo o peso, em toneladas, dos resíduos efetivamente coletados, transportados e destinados;
- registros de pesagem realizados na balança rodoviária da CEASA-DF;
- nota fiscal/fatura;
- certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- declaração ou certificado de destinação final emitido pelo local licenciado, contendo o volume tratado;
- comprovação da regularidade ambiental do local de tratamento/destinação.

31.2. A medição dos serviços será validada pela fiscalização da CONTRATANTE, podendo ser realizado o cruzamento entre os dados de pesagem da CEASA-DF e os comprovantes apresentados pela CONTRATADA. Havendo divergência relevante, igual ou maior que 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento), a fiscalização poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos e adotar, motivadamente, os quantitativos considerados válidos até a regularização da inconsistência.

31.3. A medição será realizada com base nos serviços efetivamente executados, por tonelada de resíduo coletado, transportado, transbordado, destinado ou tratado, incluindo, quando aplicável, os resíduos orgânicos efetivamente destinados e processados em tratamento biológico/compostagem, mediante comprovação documental e validação pela fiscalização contratual.

31.4. O pagamento estará condicionado:

- à comprovação da execução integral dos serviços;
- à consistência dos dados de pesagem;
- à apresentação completa da documentação exigida.

31.5. Será efetuada glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatado:

- a) divergência não justificada nos dados de pesagem;
- b) não retirada integral dos resíduos;
- c) execução parcial ou inadequada dos serviços;
- d) ausência de comprovação da destinação final;
- e) inconsistência na rastreabilidade dos resíduos.

31.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou pendência na documentação, o pagamento ficará suspenso até a regularização, iniciando-se novo prazo após a correção, sem ônus para a CEASA-DF.

31.7. Antes de cada pagamento, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação.

31.7.1. Constatada irregularidade:

- a CONTRATADA será notificada para regularização em até 5 dias úteis;
- persistindo, poderão ser adotadas medidas administrativas, inclusive rescisão contratual.

31.8. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

31.9. Aplicam-se as disposições do Decreto nº 32.767/2011 (Conta Única do DF) e demais normativos pertinentes.

32. DA AFERIÇÃO DOS RESÍDUOS E DO HORÁRIO DE COLETA

32.1. A aferição (pesagem) dos resíduos sólidos objeto deste contrato será realizada, preferencialmente e como regra, por meio da balança rodoviária instalada no interior da CEASA-DF, devidamente homologada e operacional.

32.2. O **recolhimento, transporte e transbordo dos resíduos** deverão ser **planejados e executados de forma compatível com o horário de funcionamento da balança rodoviária**, observando-se, obrigatoriamente, os dias e horários estabelecidos.

32.3. A execução dos serviços deverá, ainda, **evitar a realização de operações de coleta e pesagem em períodos de alto fluxo de veículos no interior da CEASA-DF**, especialmente nos horários de pico das atividades de comercialização, carga e descarga, de modo a **não comprometer a fluidez do tráfego interno, a segurança operacional e a rotina do entreposto**.

32.4. Caberá à **CONTRATADA** ajustar suas rotas, escalas e cronogramas operacionais de coleta, transporte e pesagem, **em consonância com as diretrizes estabelecidas pela CEASA-DF**, podendo esta, sempre que necessário, **determinar ajustes nos horários de execução**, sem que isso gere direito a pleitos adicionais de natureza financeira.

32.5. O horário de funcionamento da balança poderá ser alterado a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA ser comunicada pela CEASA-DF tão logo haja ciência da alteração, cabendo-lhe adequar suas rotinas operacionais, não gerando, por si só, direito automático a reequilíbrio econômico-financeiro, salvo demonstração efetiva de impacto extraordinário e imprevisível nos custos da execução contratual.

32.6. Todos os **custos diretos e indiretos relacionados à aferição (pesagem) dos resíduos sólidos**, incluindo, mas não se limitando a taxas, tarifas, encargos operacionais, emissão de comprovantes, utilização de equipamentos, mão de obra e demais despesas necessárias à realização da pesagem, **serão de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA**.

32.6.1. Os custos referidos neste item deverão estar **integralmente contemplados nos preços unitários ofertados**, não sendo admitido repasse adicional à CEASA-DF em condições ordinárias de execução, ressalvadas as hipóteses excepcionais de reequilíbrio econômico-financeiro previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

32.6.2. A realização da pesagem constitui **obrigação acessória indissociável da execução do objeto**, sendo condição necessária para fins de medição, faturamento, fiscalização e pagamento dos serviços.

32.6.3. Para fins de controle e faturamento, deverá ser informado o quantitativo exato de pesagens realizadas, acompanhado dos respectivos tickets.

32.7. O descumprimento das disposições previstas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às **sanções administrativas previstas no Termo de Referência, no Contrato e na legislação aplicável**, sem prejuízo da apuração de eventuais danos operacionais ou administrativos.

32.8. A utilização de balança diversa da instalada na CEASA-DF somente será admitida em caráter excepcional, mediante justificativa formal da CONTRATADA e prévia autorização da fiscalização, devendo ser assegurada a rastreabilidade e a confiabilidade dos dados de pesagem.

32.8.1. Para fins de medição e pagamento, a CEASA-DF poderá realizar o cruzamento entre os registros de pesagem da CEASA-DF e os comprovantes apresentados pela CONTRATADA no destino final. Havendo divergência relevante, a fiscalização poderá solicitar esclarecimentos, diligências e documentos complementares, adotando motivadamente os quantitativos considerados válidos até a regularização da inconsistência.

32.8.2. A ausência de comprovação adequada da pesagem ou a inconsistência dos dados apresentados poderá ensejar glosa dos valores correspondentes, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

32.9. O modelo de aferição por pesagem poderá ser complementado ou substituído, no todo ou em parte, durante a vigência contratual, mediante decisão fundamentada da CEASA-DF, nas seguintes hipóteses:

I – aquisição e instalação de nova balança rodoviária homologada no âmbito da CEASA-DF, caso em que a transição será comunicada à CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com período de operação simultânea dos equipamentos por prazo não inferior a 30 (trinta) dias para fins de validação cruzada;

II – autorização de uso regular de sistema de pesagem embarcado nos veículos coletores, condicionada ao atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- a) homologação metrológica do equipamento pelo órgão competente;
- b) certificação metrológica válida, conforme regulamentação aplicável;
- c) acesso irrestrito da fiscalização aos registros digitais gerados pelo sistema;
- d) operação simultânea com a balança rodoviária da CEASA-DF por período mínimo de 30 (trinta) dias para validação da consistência das medições;
- e) formalização nos autos do processo administrativo e, quando necessário, por termo aditivo; e

f) a adoção de sistema de pesagem embarcado não impedirá a realização, pela CEASA-DF, de medições de conferência ou validação por meio da balança rodoviária da CEASA-DF ou outra por ela indicada, inclusive por amostragem, para fins de cruzamento de dados, fiscalização da execução contratual e verificação da consistência das medições.

32.9.1. A alteração do modelo de aferição não gerará direito automático a reequilíbrio econômico-financeiro, salvo comprovação de impacto direto nos custos da CONTRATADA decorrente da mudança de sistemática. Verificada redução ou eliminação de custos vinculados à pesagem, a CEASA-DF poderá revisar os valores contratuais, mediante análise técnica e observância do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

33. DO FLUXO DE CONTROLE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

33.1. A execução contratual será acompanhada pela fiscalização da CEASA-DF com base em fluxo integrado de controle, que relaciona os riscos da contratação, os mecanismos de verificação, as evidências exigidas e as consequências administrativas decorrentes de eventuais irregularidades.

33.2. Para fins de fiscalização, os principais riscos da contratação serão monitorados conforme o quadro a seguir:

Risco	Verificação	Evidência exigida	Consequência
Divergência na medição	Conferência pesagens	Tickets de pesagem e relatórios	Glosa e/ou multa
Falha de rastreabilidade	Verificação documental	Certificado de destinação	Glosa e/ou multa
Carga externa não autorizada	Inspeção operacional	Comunicação prévia e autorização	Multa
Não retirada integral	Verificação dos contêineres	Relatório de coleta	Multa e/ou glosa
Interrupção do serviço	Monitoramento diário	Seguir o PTO	Multa
Destinação inadequada	Verificação ambiental	Licença e certificado	Multa e/ou possível rescisão
Acúmulo irregular de resíduos nos CRR	Inspeção operacional	Registro fotográfico e notificação	Multa

33.3. A medição dos serviços será considerada válida apenas após a verificação e validação dos elementos descritos neste fluxo, podendo a fiscalização:

- I – glosar valores não comprovados ou inconsistentes;
- II – aplicar sanções previstas neste Termo de Referência;
- III – suspender o pagamento até a regularização das pendências;
- IV – registrar ocorrência para fins de reincidência e agravamento de penalidade.

33.4. A ausência de evidência documental adequada ou a inconsistência entre os dados apresentados pela CONTRATADA e os registros da CEASA-DF implicará na não validação da medição, sem prejuízo das sanções cabíveis.

33.5. O presente fluxo não exclui a aplicação das demais disposições relativas à medição, pagamento, fiscalização e sanções previstas neste Termo de Referência, devendo ser interpretado de forma integrada com tais cláusulas.

34. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

34.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CEASA-DF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista abaixo;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

34.2. As sanções previstas no inciso III poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

34.3. Quando as multas aplicadas não cobrirem os prejuízos causados à CEASA-DF, poderá ser exigida indenização suplementar, considerando a multa como o mínimo de indenização.

34.4. A multa poderá ser aplicada com outras sanções conforme previsto no art. 83, § 2º da Lei nº 13.303/2016, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

34.5. Das multas por infração específica:

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais:

INFRAÇÃO	PENALIDADE
Não realização total da coleta programada dos resíduos disponibilizados pela CONTRATANTE	5% do valor mensal do contrato , por ocorrência
Realização parcial da coleta / execução inadequada	2% até 4% do valor mensal do contrato , por ocorrência conforme gravidade, extensão da ocorrência, impacto operacional ou ambiental, reincidência e quantitativo de resíduos.
Utilização de veículo com carga externa sem autorização	2% do valor mensal do contrato , por ocorrência
Divergência não justificada de pesagem	2% do valor mensal do contrato , por ocorrência
Não apresentação de comprovantes de pesagem/destinação	2% do valor mensal do contrato , por ocorrência

INFRAÇÃO	PENALIDADE
Utilização de balança não autorizada	3% do valor mensal do contrato , por ocorrência
Atraso ou ausência de coleta programada	2% do valor mensal do contrato , por ocorrência
Descumprimento do plano de contingência	2% do valor mensal do contrato , por ocorrência
Descumprimento de obrigações ambientais	3% até 5% do valor mensal do contrato , por ocorrência conforme gravidade, extensão da ocorrência, impacto operacional ou ambiental, reincidência e quantitativo de resíduos.

34.5.1. Para fins de aplicação da penalidade prevista para descumprimento de obrigações ambientais, a fiscalização deverá observar a gravidade da infração, considerando, cumulativamente, a extensão do dano ou risco ambiental, a existência de reincidência, o grau de culpa ou dolo, o impacto à saúde pública e ao meio ambiente, a rastreabilidade dos resíduos e a tempestividade das medidas corretivas adotadas pela CONTRATADA.

I – **Infração leve (3%)**: descumprimentos formais ou pontuais, sem impacto ambiental relevante ou risco significativo à saúde pública, desde que prontamente sanados e sem reincidência;

II – **Infração média (4%)**: descumprimentos que impliquem risco potencial ao meio ambiente ou à saúde pública, ou falhas na rastreabilidade, controle ou destinação dos resíduos, ainda que sem dano efetivo comprovado;

III – **Infração grave (5%)**: descumprimentos que resultem em dano ambiental, destinação em desacordo com a legislação ambiental, omissão de informações relevantes, fraude, obstrução da fiscalização ou reincidência específica.

34.5.1.1. A reincidência específica poderá ensejar aplicação da penalidade em grau máximo (5%), observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e gravidade da infração.

34.5.1.2. Na aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência deverão ser observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, reincidência, extensão do dano, risco operacional e impacto ambiental decorrente da infração verificada.

34.6. Para fins de aplicação da penalidade prevista para “Realização parcial da coleta / execução inadequada”, a fiscalização deverá observar a gravidade da ocorrência, considerando a extensão da falha operacional, o quantitativo de resíduos afetados, o impacto à continuidade dos serviços, o risco ambiental ou sanitário, a reincidência e a tempestividade das medidas corretivas adotadas pela CONTRATADA.

I – **Infração leve (2%)**: ocorrências pontuais ou de reduzido impacto operacional, sem comprometimento relevante da coleta, transporte, transbordo ou destinação final dos resíduos, prontamente sanadas e sem reincidência;

II – **Infração média (3%)**: ocorrências que impliquem execução parcial relevante, atraso significativo, comprometimento operacional, falhas de rastreabilidade ou risco potencial à operação, à saúde pública ou ao meio ambiente;

III – **Infração grave (4%)**: ocorrências que resultem em comprometimento substancial da coleta, acúmulo significativo de resíduos, paralisação operacional, destinação inadequada, risco sanitário relevante, dano ambiental, fraude, omissão de informações relevantes ou reincidência específica.

34.7. A permanência da irregularidade após notificação da fiscalização poderá ensejar aplicação sucessiva de penalidades, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, reincidência e extensão do impacto operacional ou ambiental verificado.

34.8. As multas decorrentes de falhas na execução dos serviços incidirão sobre o valor mensal faturado pela CONTRATADA, observados os percentuais e graus de infração definidos neste Termo de Referência, sendo cumulativas enquanto perdurar a irregularidade, observados os limites previstos nos itens 14.9 e 14.10.

34.9. O valor máximo financeiro da multa ficará limitado a 20% (vinte por cento) do valor mensal do contrato, por infração apurada.

34.10. No caso de aplicação de mais de uma multa no mesmo mês, o somatório das penalidades ficará limitado a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato, sem prejuízo da apuração de outras penalidades e eventual rescisão contratual.

35. DA VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

35.1. O contrato terá vigência inicial de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, observados os limites legais, a vantajosidade para a CEASA-DF e a manutenção das condições de habilitação e regularidade contratual.

35.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, formalizada via Ordem de Serviço contendo a data de início da prestação do serviço, devendo manter plena capacidade operacional para execução integral do objeto a partir vigência contratual.

36. REAJUSTE

36.1. Os preços contratados poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta ou do último reajuste concedido, observando-se o interregno mínimo anual.

36.2. O reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, apurado no período correspondente.

36.3. O reajustamento dependerá de requerimento formal da CONTRATADA, devidamente instruído, observado o prazo contratual e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

36.4. O reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA durante a vigência contratual, observadas as condições e prazos previstos na legislação aplicável e neste Termo de Referência.

36.5. O reajuste regularmente devido e reconhecido pela CONTRATANTE produzirá efeitos financeiros a partir da data de elegibilidade, observada a disponibilidade orçamentária e financeira para fins de pagamento.

36.6. Fica assegurado à CONTRATADA o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação aplicável, sempre que houver alteração superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que impacte diretamente os custos da execução contratual.

36.7. O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente apresentado, acompanhado de planilha de custos atualizada e documentos comprobatórios idôneos que demonstrem a efetiva variação dos custos e o nexo de causalidade com os eventos alegados.

36.8. O reequilíbrio será analisado pela CEASA-DF e, se deferido, formalizado por meio de termo aditivo, com vistas à recomposição da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

36.9. Poderá ser analisado eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, caso ocorra comprovada alteração nos custos da CONTRATADA decorrente da substituição do PIS, da COFINS e do ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

36.10. Para fins de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória detalhada, demonstrando de forma inequívoca a variação dos custos exclusivamente em decorrência da alteração do regime tributário.

36.11. O reequilíbrio será formalizado mediante termo aditivo, após análise e aprovação pela CEASA-DF.

36.12. Por se tratar de contratação remunerada por resultado, com medição por serviços efetivamente executados, e não de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, não se aplicam ao presente contrato regras ordinárias de repactuação vinculadas a acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, sem prejuízo da consideração dos instrumentos coletivos aplicáveis para fins de composição inicial dos custos e cumprimento das obrigações trabalhistas pela CONTRATADA.

36.13. A referência à Convenção Coletiva de Trabalho aplicável, inclusive à do SINDILURB/DF quando compatível com a atividade efetivamente desempenhada, não implica vinculação automática da CEASA-DF a reajustes salariais, benefícios ou obrigações não diretamente relacionados ao objeto contratado, nem altera o regime de reajuste previsto neste Termo de Referência, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovadas.

37. GARANTIA

37.1. Para garantia das condições do contrato a ser firmado com a CEASA-DF, a empresa vencedora deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco

por cento) do valor total contratado, apurado com base no valor global adjudicado para a vigência inicial, no prazo máximo de até 10 (dez) dias após a assinatura do instrumento contratual.

37.2. A garantia poderá ser dada através de qualquer uma das seguintes modalidades:

- I. caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública;
- II. seguro-garantia, ou;
- III. fiança bancária.

37.3. No caso de caução com títulos da dívida pública estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual este informará sobre a exequibilidade, valor, prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.

37.4. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da empresa vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil.

37.5. No caso de fiança bancária, esta deverá ser emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devendo sua cobertura compreender todo o período contratual, admitida apresentação física ou eletrônica, conforme regulamentação aplicável.

37.6. A garantia prestada pela CONTRATADA poderá ser utilizada pela CEASA-DF, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

- I - aplicação de multas administrativas ou ambientais não adimplidas pela CONTRATADA relacionadas aos serviços dessa contratação;
- II - prejuízos causados à CEASA-DF ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços;
- III - descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, operacionais ou ambientais relacionadas ao contrato, inclusive aquelas decorrentes de destinação inadequada de resíduos, falhas de rastreabilidade ou infrações aos órgãos ambientais competentes;
- IV - falhas na execução dos serviços que impliquem necessidade de contratação emergencial, execução por terceiros ou adoção de medidas para assegurar a continuidade dos serviços;
- V - rescisão contratual motivada por culpa da CONTRATADA.

37.6.1. A utilização da garantia não impede a aplicação das demais sanções previstas neste Termo de Referência, nem afasta a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos que excederem o valor garantido.

37.6.2. Na hipótese de utilização parcial ou integral da garantia, a CONTRATADA deverá promover sua recomposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da CEASA-DF.

37.7. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução integral do contrato, mediante verificação do cumprimento das obrigações contratuais e inexistência de pendências administrativas, multas ou prejuízos atribuíveis à CONTRATADA, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência contratual.

37.7.1. **No caso de garantia apresentada na modalidade seguro-garantia, sua vigência deverá permanecer válida por, no mínimo, 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência contratual.**

37.7.2. Quando prestada em dinheiro, a garantia será atualizada monetariamente na forma da legislação aplicável.

38. VISTORIA TÉCNICA IN LOCO

38.1. É facultado à empresa interessada em realizar vistoria técnica, no local onde serão executados os serviços, mediante prévio agendamento junto à Seção de Meio Ambiente da CEASA-DF para conhecer as instalações, examinando as áreas internas e externas, tomando ciência do estado de conservação, características e eventuais dificuldades para execução dos serviços.

38.2. A visita será comprovada pelo Termo de Vistoria.

38.3. A empresa poderá comparecer ao local da execução dos serviços de segunda à sexta-feira das 09h às 11h30m e das 13h30m às 16h, mediante agendamento prévio pelo telefone (61) 3686-4831 – ramal 3007 - Seção de Meio Ambiente CEASA-DF.

38.4. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do horário estabelecido.

38.5. Para a vistoria, a empresa, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

38.6. O fato de a empresa interessada não realizar a vistoria não a desobrigará da execução do serviço por desconformidade ou dificuldade de execução do objeto.

39. MATRIZ DE RISCO

39.1. A matriz de risco elaborada para a contratação de uma empresa especializada em serviços de coleta, transporte, transbordo e destinação final de resíduos sólidos urbanos recicláveis, orgânicos e rejeitos/indiferenciados. A matriz leva em consideração os principais eventos de risco, suas causas, consequências, probabilidades, impactos, níveis de risco, responsabilidades da CONTRATADA e CEASA-DF, além de inovações que podem ser implementadas pela CONTRATADA para mitigar os riscos.

39.1.1. A presente matriz de riscos refere-se aos riscos gerais da execução contratual, devendo ser interpretada de forma complementar ao fluxo de controle da execução contratual (item 13), que estabelece os mecanismos operacionais de fiscalização, verificação e aplicação de sanções.

ID	EVENTO DE RISCO	CAUSAS DO EVENTO	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	Responsabilidade da CONTRATADA	Responsabilidade da CEASA-DF	Inovações CONTRA
01	Roubo ou furto de veículos de coleta	Falta de segurança, ausência de sistemas de rastreamento	Perda de veículos e equipamentos, prejuízo financeiro	Alta	Alto	Alto	Implementação de sistemas de monitoramento e rastreamento de veículos	Garantir áreas de segurança e fiscalizar para estacionamentos	Tecnologia rastreamento tempo real sistemas alarme inte
02	Atrasos na coleta de resíduos	Falta de planejamento, condições climáticas adversas, problemas operacionais	Acúmulo de resíduos, risco de infecção e degradação ambiental	Média	Alto	Alto	Planejamento logístico adequado, manutenção preventiva dos veículos	Estabelecer cronograma claro e fiscalizar a execução	Uso de softwares de otimização de rotas e gestão de frotas
03	Contaminação dos resíduos recicláveis	Mistura inadequada de resíduos recicláveis com orgânicos ou rejeitos	Redução da capacidade de reciclagem, aumento de custo	Alta	Médio	Alto	Treinamento dos funcionários para separação correta	Acompanhamento da separação e conscientização dos geradores de resíduos	Implantação de sistemas de classificação automática de resíduos

ID	EVENTO DE RISCO	CAUSAS DO EVENTO	CONSEQUÊNCIAS	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	Responsabilidade da CONTRATADA	Responsabilidade da CEASA-DF	Inovações CONTRA
04	Descarte inadequado de resíduos em áreas não autorizadas	Falta de fiscalização, falhas no monitoramento	Multas, danos ao meio ambiente, impacto à saúde pública	Média	Alto	Alto	Conformidade com as normas ambientais, implementação de controles	Fiscalização constante dos locais de descarte e acompanhamento	Uso tecnologias monitoram remoto sensores proximidade
05	Não cumprimento de normas ambientais	Falta de atualização sobre regulamentações, negligência na execução	Multas, danos à imagem da contratada e CEASA-DF, danos ambientais	Baixa	Alto	Médio	Garantir conformidade com as normas legais e ambientais	Acompanhar as normativas e exigir relatórios regulares	Desenvolvimento de treinamento constantes atualizações digitais normas
06	Falhas na destinação final dos resíduos	Falta de infraestrutura adequada, erros operacionais no processo de transbordo	Impacto ambiental negativo, possíveis sanções administrativas	Baixa	Muito Alto	Médio	Investir em infraestrutura e otimização dos processos de transbordo	Acompanhamento de perto da destinação final	Soluções tecnológicas rastrear destinação resíduos
07	Exposição dos trabalhadores a riscos ocupacionais	Falta de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), condições inseguras	Acidente de trabalho, afastamento de funcionários	Média	Alto	Alto	Treinamento adequado, fornecimento e uso de EPIs	Exigir relatórios periódicos sobre condições de trabalho	Implementação de tecnologia monitoram de segurança trabalho
08	Divergência ou inconsistência na medição/pesagem dos resíduos	Possibilidade de divergência, inconsistência ou ausência de comprovação na aferição do peso dos resíduos coletados, transportados e destinados, podendo resultar em pagamentos indevidos, glosas administrativas, questionamentos contratuais ou litígios, considerando que a medição por peso constitui o critério de pagamento dos serviços	Prejuízo financeiro à Administração; Fragilização da rastreabilidade da execução contratual;	Baixa	Alto	Média	Encaminhar os comprovantes formais de pesagem, contendo data, horário, identificação do veículo e peso aferido; realizar a aferição (pesagem) dos resíduos, conforme previsto no Termo de Referência; e encaminhar relatórios e documentações solicitadas referentes a pesagem.	Conferência sistemática, pela fiscalização, dos relatórios e dos registros de pesagem apresentados.	Sugerir melhoria no ato de medição dos resíduos

39.1.2. Explicação dos itens:

- Probabilidade:** Indica a chance de o evento ocorrer. Pode ser alta, média ou baixa.
- Impacto:** Avalia a gravidade das consequências caso o evento ocorra, sendo classificado em baixo, médio ou alto.
- Nível de Risco:** Resultado da combinação da probabilidade e do impacto, que pode ser baixo, médio ou alto.
- Responsabilidade da CONTRATADA:** A contratada deve tomar as medidas necessárias para mitigar os riscos em sua área de responsabilidade.
- Responsabilidade da CEASA-DF:** A CEASA-DF deve garantir o acompanhamento das ações da contratada e atuar quando necessário.
- Inovações pela CONTRATADA:** Tecnologias ou práticas inovadoras que a contratada pode implementar para melhorar os serviços e mitigar riscos.

39.2. Os riscos operacionais críticos da contratação, especialmente aqueles relacionados à medição, rastreabilidade, retirada integral dos resíduos e utilização de carga externa, encontram-se detalhados no fluxo de controle da execução contratual previsto no item 13, que deverá orientar a fiscalização, a validação da medição e a eventual aplicação de glosas e sanções.

40. CONSIDERAÇÕES FINAIS

40.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CEASA-DF, mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente, relatório operacional dos serviços executados, contendo os quantitativos coletados, transportados, transbordados, tratados e destinados, os comprovantes de pesagem, os documentos de destinação final e demais informações necessárias à fiscalização, sem prejuízo dos documentos exigidos para fins de medição e pagamento.

40.2. A CONTRATADA deverá observar, no que couber, a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, quando houver tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual.

40.3. A CONTRATADA deverá observar padrões de integridade, ética e conformidade aplicáveis à execução contratual, sem prejuízo das obrigações legais, contratuais e das normas internas da CEASA-DF.

40.4. Sempre que necessário, as rotinas dos serviços poderão ser alteradas pela CEASA-DF e deverá ser cumprida pela **CONTRATADA**, sempre dentro dos parâmetros deste Termo de Referência.

40.5. A execução operacional dos serviços de tratamento biológico dos resíduos orgânicos, inclusive por compostagem, observará o cronograma legal aplicável e ficará condicionada à viabilidade técnica, à disponibilidade de unidade ambientalmente licenciada, à efetiva segregação dos resíduos na origem no âmbito da CEASA-DF e às diretrizes estabelecidas pela fiscalização contratual, sem prejuízo da exigência de regularidade ambiental das unidades de tratamento ou destinação indicadas.

40.6. O faturamento e o pagamento das atividades de tratamento biológico por compostagem somente ocorrerão quando houver efetiva prestação do serviço, mediante medição dos quantitativos processados e validação pela fiscalização, vedada a cobrança ou repasse de custos fixos operacionais específicos dessa etapa enquanto não houver condições operacionais mínimas para sua execução.

- 40.7. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação de serviços sem a expressa autorização da CEASA-DF.
- 40.8. Os serviços e materiais especificados neste Termo de Referência não excluem outros que, porventura, se façam necessários à boa execução dos serviços, obrigando-se a CONTRATADA a executá-los prontamente, como parte integrante de suas obrigações, e deverão ainda obedecer às classificações e especificações determinadas pelos órgãos competentes.
- 40.9. O serviço deverá ser executado ainda que seja feriado uma vez que a CEASA-DF não interrompe as suas atividades, salvo decisão da Administração da própria CEASA-DF.
- 40.10. O horário de funcionamento da CEASA-DF poderá ser alterado de acordo com as necessidades dos serviços.
- 40.11. A CONTRATADA deverá manter estrutura mínima de suporte operacional e canal permanente de atendimento aptos ao acompanhamento da execução contratual, ao atendimento das demandas da fiscalização e à resposta a intercorrências, admitida estrutura física, administrativa ou operacional no Distrito Federal ou em região limítrofe.
- 40.11.1. A exigência de suporte operacional justifica-se pela natureza contínua do objeto, pela necessidade de resposta tempestiva a intercorrências e pela articulação permanente com a fiscalização contratual, sem implicar obrigação de instalação de escritório físico exclusivo.

ANEXO II

Modelo 01- Dados para elaboração do Contrato de Preços ou emissão de nota de empenho

Modelo 02- Declaração de inexistência de fatos impeditivos

MODELO 01 – DADOS PARA ELABORAÇÃO DO CONTRATO OU EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

(local e data)

À Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA Brasília - DF

REF.: Pregão - 90008/2026-CEASA/DF.

ASSUNTO: Dados para elaboração da Ata ou emissão de nota de empenho

Prezados Senhores,

Da empresa sede ou matriz

Empresa: Endereço completo: (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP)

CNPJ nº: Inscrição Estadual nº: Telefone: () Fax: ()

Contato: (cargo)

Da filial ou representante no Distrito Federal

Empresa:

Endereço completo: (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP)

CNPJ nº: Inscrição Estadual nº: Telefone: () Fax: ()

Contato: sr. (cargo)

(Caso não tenha filial ou representante no DF, declarar textualmente)

Do responsável pela assinatura do Contrato ou pela aceitação da nota de empenho:

Nome: Nacionalidade: Estado civil: Profissão:

Residência e domicílio: Carteira de identidade (número e órgão expedidor):

CPF nº:

Cargo na empresa:

Carimbo, Nome e Assinatura do Responsável Legal

Cargo - Nome da empresa licitante

MODELO 02 – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(local e data)

À Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA Brasília - DF

Ref.: Pregão - 90008/2026-CEASA/DF.

ASSUNTO: Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que inexistem quaisquer fatos impeditivos para a habilitação desta empresa nesta licitação.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

carimbo, nome e assinatura do responsável legal

cargo - Nome da empresa licitante

Declarações para proposta de preços:

1. Declarações

1.1 Declaramos que em nosso **preço ofertado** estão incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para perfeita execução do objeto, tais como: materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto, conforme especificações constantes deste Edital, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à CEASA/DF.

1.2 Declaramos que acataremos a retenção antecipada do ISS em nossas faturas nas alíquotas definidas no Decreto nº 14.122, de 19 de agosto de 1992, que regulamenta a Lei nº 294, de 21/07/92, Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005 (Regulamento do ISS) e alterações posteriores do Distrito Federal. (se for o caso).

1.3 Declaramos ainda, nos sujeitar, inteira e plenamente, às condições do edital e seus Anexos.

2. Condições gerais da proposta

2.1 A Proposta de Preços tem validade de **60 (sessenta) dias** contados da sua emissão.

carimbo, nome e assinatura do responsável legal

cargo - Nome da empresa licitante

MODELO 03 – PROPOSTA DE PREÇOS

À

Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA

Ref.: Pregão - /20XX-CEASA.

Objeto:

Prezados Senhores,

Após, analisarmos minuciosamente toda a documentação da licitação supra referida e tomarmos conhecimento de todas as suas condições e obrigações, propomos executar, sob nossa integral responsabilidade o objeto epigrafoado, em atendimento às especificações indicadas no Anexo I – Termo de Referência e seus anexos, pelo preço de:

Preço da Proposta R\$ (Por extenso)

Observação: o valor dos centavos deverá conter dois algarismos.

OBS:

1. Declarações

1.1 Declaramos que em nosso preço ofertado estão incluídos todos os custos, diretos e indiretos, para perfeita execução do objeto, tais como: materiais, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, transportes, cargas e descargas em geral, encargos da legislação social, trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto, conforme especificações constantes deste Edital, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à CEASA/DF.

1.2 Declaramos que acataremos a retenção antecipada do ISS em nossas faturas nas alíquotas definidas no Decreto nº 14.122, de 19 de agosto de 1992, que regulamenta a Lei nº 294, de 21/07/92, Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005 (Regulamento do ISS) e alterações posteriores do Distrito Federal. (se for o caso).

1.3 Declaramos ainda, nos sujeitar, inteira e plenamente, às condições do edital e seus Anexos.

2. Condições gerais da proposta

2.1 A Proposta de Preços tem validade de 60 (sessenta) dias contados da sua emissão.

carimbo, nome e assinatura do responsável legal

cargo - Nome da empresa licitante

ANEXO III MINUTA DO CONTRATO

Contrato de Prestação de Serviços nº _____/_____.

Processo nº 00071-00000277/2026-09

Cláusula Primeira – Das Partes

1.1 - **Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF**, doravante denominada **CONTRATANTE**, com sede no SIA Sul - Quadra 10/05, CNPJ/MF Nº 00.314.310/0001-80, representada neste ato pelo seu Presidente Sr. **BRUNO SENA RODRIGUES**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 2.129.547-SSP/DF, CPF 002.140.031-83 e de outro lado, ***** como **CONTRATADO**, *****, CNPJ nº. *****, com sede comercial em *****, CEP nº *****, representada neste ato por *****, nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº ***** SSP/SP, CPF/MF nº *****, com residência e domicílio em *****, resolvem firmar o presente contrato, o qual reger-se-á mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Segunda – Do Procedimento

2.1 - O presente Contrato obedece aos termos do Edital e anexos, Termo de Referência, da Proposta de fl. *****, Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, da Lei nº 13.303/2016 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/14, pela Lei Distrital nº 4.611/11, Decreto Distrital nº 44.330/2023, Decreto Distrital nº 25.966/2005, Lei Distrital nº 6.112/2018, Decreto Distrital nº 40.388/2020 e subsidiariamente a Lei nº 14.133/2021, além das demais normas pertinentes e condições estabelecidas no edital.

Cláusula Terceira – Do Objeto

3.1 Contratação de _____.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

4.1 - O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de menor preço, segundo o disposto nos na lei 13.303/2016.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato, considerado o valor total estimado para todos os itens, é de **R\$ *******, devendo tal importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, enquanto eventuais parcelas remanescentes serão custeadas à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s), conforme fl. *** dos autos do processo de número em epígrafe.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa de **R\$ ******* correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária (fl. *****) dos autos do processo de número em epígrafe):

I – Unidade Orçamentária: ***;

II – Fonte de Recursos: *****;

III – Programa de Trabalho: *****;

IV – Projeto/Atividade/Denominação: xxxxxx - **Centrais de Abastecimento do Distrito Federal**;

V – Grupo de Despesa: xxxx;

VI – Esfera: xxxx.

6.2 - O empenho inicial para contratação da empresa é de **R\$ *******, conforme Nota de Empenho nº *****, emitida em *** de ***** de 202*, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Faturamento/Pagamento

7.1 - Os pagamentos dos valores aprovados pelas CEASA/DF serão efetuados em até ***** dias, contados da data de protocolização da documentação fiscal, desde que de acordo com o aprovado pela CEASA/DF.

Cláusula Oitava – Dos Prazos

8.1 - O contrato terá vigência de ***** meses, a contar de sua data de assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses de acordo com a Lei nº 13.303/2016.

Cláusula Nona – Da execução dos serviços

9.1 – A execução dos serviços será feita na forma do Termo de Referência e Edital PE.

Cláusula Décima – Das Obrigações da Contratada

10.1 – Fica a contratada sujeita às disposições do Edital de Pregão Eletrônico, ao Termo de Referência, e à legislação pertinente, quanto a suas obrigações.

10.2 – Fica a contratada a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações da Contratante

11.1 – Fica a contratante sujeita às disposições do Edital de Pregão Eletrônico, ao Termo de Referência anexado ao referido Edital, e à legislação pertinente, quanto a suas obrigações.

Cláusula Décima Segunda – Do Local de Entrega e de Recebimento do objeto

12.1 – Os objetos serão entregues, recebidos e pagos na forma que dispõe as regras do Edital de Pregão Eletrônico, do Termo de Referência anexado ao referido Edital, e da

legislação pertinente.

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual

13.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo na lei federal 13.303/2016, vedada a modificação do objeto.

13.2 – A alteração de valor contratual, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

14.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas no Edital de Pregão Eletrônico e nos contratos dele decorrente, em face do disposto na lei art. 69 da federal 13.303/2016, obedecerá, no âmbito das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. (CEASA/DF), às normas estabelecidas no Decreto Distrital n.º 44.330/2023 e alterações posteriores.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

15.1 - O Contrato poderá ser rescindido, na forma prevista no Edital de Pregão Eletrônico, observado o disposto no art. 69 da lei federal 13.303/2016, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Do Executor

16.1 – A CEASA/DF, por meio de Instrução e Serviço, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Sétima - Da Publicação do Contrato

17.1 - A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, **até o quinto dia útil do mês** seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pelo setor competente das CEASA/DF (art. 6º, lei federal 13.303/2016).

Cláusula Décima Oitava – Do Foro

18.1 - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Cláusula Décima Nona – Da Ouvidoria de Combate à Corrupção

19.1 – Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria, no telefone Central 162, ou 0800-6449060, ou pelo atendimento presencial: SIA trecho n. 10, lote 05, Pavilhão n. B3, 1º andar, CEP 71.208-900, Distrito Federal.

Cláusula Vigésima – Das Garantias

20.1. Para garantia das condições do contrato a ser firmado com a CEASA/DF, esta poderá solicitar da empresa vencedora o recolhimento da garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, até o máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do termo de contrato e antes da protocolização da fatura.

20.2. Em caso de prorrogação contratual de valor e prazo, a garantia será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do aditamento.

20.3. A garantia poderá ser dada através de qualquer uma das seguintes modalidades:

I. caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública;

II. seguro-garantia, ou;

III. fiança bancária.

20.4. No caso de caução com títulos da dívida pública estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual este informará sobre a exequibilidade, valor, prazo de resgate, taxa de atualização e condições de resgate.

20.5. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 1.491, do Código Civil.

20.6. No caso de fiança bancária, esta deverá ser apresentada em original, emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e a cobertura deverá compreender até o término do Contrato.

20.7. A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a execução do Contrato e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente.

20.8. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei e neste Ato Convocatório, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injusta ao aceite do Contrato, implicando na imediata anulação do mesmo.

Cláusula Vigésima Primeira – MATRIZ DE RISCOS

(SE O CASO)

Brasília, ____ de ____ de 202 ____.

PELA CEASA/DF	PELA CEASA/DF	PELA CONTRATADA
BRUNO SENA RODRIGUES Presidente	***** Diretor da área demandante	***** Representante

TESTEMUNHAS

C.P.F:	C.P.F:



Documento assinado eletronicamente por **AUGUSTO PEDRO SILVA - Matr.0000121-6**, **Diretor(a) de Administração e Finanças**, em 10/06/2026, às 09:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
 acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **205305215** código CRC= **B6643A3E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
 SIA Sul Trecho 10, Lote 05 - Bairro SIA Guará - CEP 71208900 -
 Telefone(s):
 Sítio - www.ceasa.df.gov.br

00071-00000277/2026-09

Doc. SEI/GDF 205305215